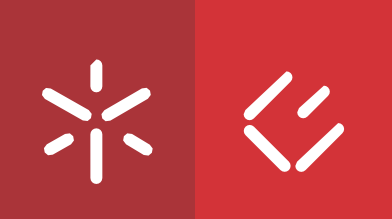


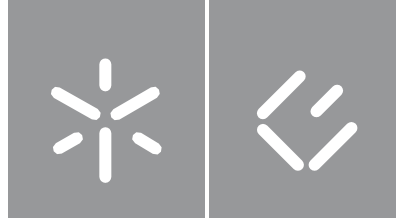


António Pedro Cachide de Oliveira

Para uma discussão da gestão
financeira no Setor Não Lucrativo –
Análise de alguns indicadores das
Misericórdias

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

António Pedro Cachide de Oliveira

**Para uma discussão da
gestão financeira no Setor
não Lucrativo -
Análise de alguns
indicadores das
Misericórdias**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação dos
Professores

Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão
Professor Doutor Pedro Albuquerque
Jerónimo do Rosário Dias

janeiro de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimento

Seria impossível realizar este trabalho sem ajuda de algumas pessoas, que de uma forma ativa ou não, têm influenciado esta minha jornada neste último ano.

Aos meus pais, ao meu irmão e ao meu primo, por serem pilares fulcrais na minha vida, nos momentos de incerteza, de tristeza e de angústia, mas principalmente por estarem sempre presentes nos momentos bons.

À Cecília e ao Miguel, que nestes últimos tempos têm sido dois grandes pilares na minha vida, estando lá praticamente para tudo.

Ao Doutor Professor Paulo Mourão, pela motivação, pelas palavras de amizade, pela ajuda, pelos ensinamentos que sempre se dispôs a passar para mim, mas principalmente por se ter comprometido e ter cumprido até ao fim a sua palavra em me auxiliar nesta fase importante da minha vida.

Ao Doutor Professor Pedro Dias, que mesmo não me conhecendo, aceitou embarcar neste projeto com toda a motivação e toda a prontidão em me ajudar a desenvolver a minha tese.

Por último, e não menos importante, agradeço aos meus avós que infelizmente não conseguiram assistir a esta parte importante da minha vida, foram pessoas importantes e que sempre me motivaram a fazer o bem e a lutar pelos meus objetivos. A vocês, o meu mais sincero obrigado!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

O Setor Não Lucrativo, ou Terceiro Setor, tem desempenhado um papel crucial em tempos de grandes dificuldades que afetam países em todo o mundo. Problemas como migrações em massa, provocadas por conflitos armados, regimes tirânicos e pela extrema pobreza em países com elevada desigualdade económica, criam sérios obstáculos ao acesso a recursos essenciais e oportunidades, como o emprego e os serviços básicos.

A relevância do Terceiro Setor no contexto da Economia Social, particularmente no caso português, remonta ao século XV, com as Misericórdias a desempenharem um papel de destaque na ajuda aos mais desfavorecidos. O estudo destas instituições oferece uma oportunidade de compreender a sustentabilidade das mesmas ao longo do tempo, tendo em conta a sua missão de combater a pobreza, a desigualdade e outras vulnerabilidades. Além disso, a política de reinvestimento constante dos recursos gerados contribui para a manutenção das suas atividades filantrópicas.

Nesta dissertação, analisa-se a literatura sobre o conceito de Economia Social, as características específicas do Setor Não Lucrativo e a evolução das Misericórdias. São examinados diversos indicadores financeiros e organizacionais que ajudam a medir o desempenho das instituições. Este enquadramento teórico é complementado com abordagens a casos específicos de Misericórdias.

O estudo empírico, então, aprofunda a análise ao examinar as Misericórdias em Portugal com base em indicadores financeiros. São analisadas variáveis como o Excedente Social e o Rácio de Solvabilidade, utilizando modelos econométricos para explorar o impacto de fatores como o Total do Ativo, o Índice de Dependência de Jovens e Idosos, entre outros. Os resultados mostram que, embora a gestão dos ativos seja essencial para a geração de excedentes, a dependência de populações vulneráveis, como idosos, representa um desafio significativo. Este trabalho oferece, assim, uma compreensão das dinâmicas subjacentes à sustentabilidade financeira das organizações do Terceiro Setor em Portugal.

Palavras-chave

Economia Social, Setor Não Lucrativo, Terceiro Setor, Misericórdias, Gestão Financeira, Sustentabilidade, População Residente, Portugal.

Abstract

The Non-Profit Sector, or Third Sector, has played a crucial role during times of great difficulties affecting countries worldwide. Issues such as mass migration, triggered by armed conflicts, tyrannical regimes, and extreme poverty in countries with high economic inequality, create serious obstacles to accessing essential resources and opportunities, such as employment and basic services.

The relevance of the Third Sector in the context of the Social Economy, particularly in the Portuguese case, dates back to the 15th century, with the Misericórdias playing a prominent role in assisting the most disadvantaged. Studying these institutions offers an opportunity to understand their sustainability over time, considering their mission to combat poverty, inequality, and other vulnerabilities. Furthermore, the constant reinvestment of resources generated contributes to maintaining their philanthropic activities.

This dissertation analyzes the literature on the concept of Social Economy, the specific characteristics of the Non-Profit Sector, and the evolution of the Misericórdias. Various financial and organizational indicators that help measure institutional performance are examined. This theoretical framework is complemented by case studies of specific Misericórdias.

The empirical study then deepens the analysis by examining the Misericórdias in Portugal based on financial. Variables such as Social Surplus and Solvency Ratio are analyzed using econometric models to explore the impact of factors such as Total Assets, the Dependency Ratio of Young and Elderly, between others. The results show that although asset management is crucial for generating surpluses, the dependency of vulnerable populations, such as the elderly, represents a significant challenge. This work thus offers a dynamics underlying the financial sustainability of Third Sector organizations in Portugal.

Key Words

Social Economy, Non-Profit Sector, Third Sector, Misericórdias, Financial Management, Sustainability, Resident Population, Portugal.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Índice das Estruturas de Regressão Linear	x
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Gráficos	xii
Índice de Tabelas	xiii
1. Introdução	1
1.1 Enquadramento e relevância do tema.....	1
1.2 Estrutura da dissertação.....	3
2. Economia Social	4
2.1 O aparecimento da Economia Social	4
2.2 Subsetores da Economia Social	5
2.3 O universo da Economia social em Portugal.....	7
2.3.1 Perspetiva descritiva da Economia Social na atualidade.....	7
2.3.2 Número de entidades e a sua representatividade	9
2.3.3 Emprego, Emprego Remunerado e VAB.....	10
2.3.4 Distribuição das entidades por grupos de entidades	12
2.3.5 Distribuição das entidades por Portugal	14
2.4 A Economia Social na Europa	17
2.5 A importância de uma gestão financeira das OSFL com eficiência	20
2.6 Sustentabilidade Financeira	23
2.6.1 Santa Casa da Misericórdia de Constância	27
2.6.2 Santa Casa da Misericórdia de Alijó	30

2.6.3	Análise/comparação das duas misericórdias	33
2.7	Realidade financeira das IPSSs em Portugal	36
3.	Estudo Empírico	40
3.1	Metodologia.....	40
3.1.1	Enquadramento das unidades de análise no contexto do estudo	40
3.1.2	Modelos de Análise	40
3.1.2.1	Variáveis Explicadas.....	41
3.1.2.2	Variáveis Explicativas.....	43
3.1.2.3	Amostra	45
3.1.2.4	Modelo Econométrico	47
	I. Especificação	47
	II. Seleção e Estimação dos Modelos	49
3.2	Análise e Discussão de Resultados	53
3.2.1	Análise descritiva.....	53
3.2.2	Excedente Social e Rácio de Solvabilidade: Apresentação e Análise das Regressões Seleccionadas.....	57
3.2.2.1	Excedente Social	57
3.2.2.2	Rácio de Solvabilidade.....	59
3.2.2.3	Conclusões.....	61
4.	Considerações Finais.....	64
5.	Bibliografia.....	67
6.	Bases de Dados	79
7.	Anexos.....	80
	Anexo A (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social, referente a 2016 (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor), fonte: INE/CASES).	80

Anexo B (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social, referente a 2013 (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor), fonte: INE).....	80
Anexo C (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, comunicação e atividades de recreio/Saúde e Serviços Sociais), CSES 2023, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, fonte: INE/CASES).	81
Anexo D (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, comunicação e atividades de recreio/Saúde e Serviços Sociais), CSES 2019, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, fonte: INE/CASES).	81
Anexo E (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, desporto e recreio/Saúde e bem-estar e Ação e segurança social), CSES 2016, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, fonte: INE).....	82
Anexo F (Distribuição das entidades por grupo de entidades, CSES 2016, fonte: INE).....	82
Anexo G (Emprego remunerado em diversas instituições pertencentes ao setor da Economia Social (2014-2015) fonte: CESE).....	83
Anexo H (Emprego remunerado na Economia Social em comparação ao emprego remunerado total (2014-2015) fonte: CESE).	84
Anexo I (Evolução do emprego remunerado na Economia Social na Europa fonte: CESE). ...	85
Anexo J (Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 2020, fonte: Contas de Gerência 2020).....	86
Anexo K (Demonstração de resultados, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 2020, fonte: Contas de Gerência 2020).	87
Anexo L (Cálculo do Fundo de Maneio da Santa Casa da Misericórdia de Alijó e da Santa Casa da Misericórdia de Constância, dados de 2022 fonte: tabela 3 e 5).....	87
Anexo M (Estimativa anual da população residente em Portugal, nos anos de 2011 e 2022, fonte: INE, Estimativas de População Residente em Portugal 2022).	88

Índice das Estruturas de Regressão Linear

Estrutura de Regressão Linear 1: Indicadores não Logaritmizados	47
Estrutura de Regressão Linear 2: Indicadores Logaritmizados	47
Estrutura de Regressão Linear 3: Regressão Linear para o Excedente Social	58
Estrutura de Regressão Linear 4: Regressão Linear para o Rácio de Solvabilidade.....	60

Índice de Figuras

Figura 1: Distribuição das entidades da Economia Social, por Distritos (2020).....	15
Figura 2: Número de entidades da Economia Social (2020) por mil habitantes (2021), por Distrito.....	16

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução do universo das entidades da Economia Social, tendo por base as quatro edições da CSES.	9
Gráfico 2: Distribuição por %, das entidades da Economia Social (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor).....	10
Gráfico 3: Distribuição, em %, das entidades da Economia Social por grupo de entidades.....	13
Gráfico 4: Distribuição, em %, das fases de vida das entidades da Economia Social, por grupo de entidades.....	14

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos principais indicadores (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor).	11
Tabela 2: Distinção dos Países Europeus quanto à familiarização pelo Conceito de “Economia Social”	17
Tabela 3: Evolução dos principais indicadores – Misericórdias.	26
Tabela 4: Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Constância.	28
Tabela 5: Demonstração de Resultados por Naturezas, Santa Casa da Misericórdia de Constância.	30
Tabela 6: Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Alijó.....	31
Tabela 7: Demonstração de Resultados por Naturezas, Santa Casa da Misericórdia de Alijó.....	32
Tabela 8: Variáveis explicadas e respetivas fórmulas.	42
Tabela 9: Variáveis explicativas e respetivas fórmulas.	44
Tabela 10: Fator de Inflação da Variância (VIF) nos Modelos com Variáveis em Nível e Logaritmizadas.	49
Tabela 11: Propriedades amostrais dos estimadores Pooled OLS, Fixed Effects e Random Effects.....	50
Tabela 12: Análise Comparativa de Modelos para Excedente Social e Rácio de Solvabilidade.....	51
Tabela 13: Estatística descritiva das variáveis em estudo.....	54

1. Introdução

1.1 Enquadramento e relevância do tema

Com o crescimento e o aparecimento de cada vez mais instituições/organizações sem fins lucrativos nos tempos que correm, a questão “sem fins lucrativos”, desperta inúmeras questões na população, “Será que este setor não tem como objetivos gerar lucro?”, “Quais as fontes de financiamento que estas instituições obtêm?”, “As instituições deste setor dependem assim tanto dos doadores?”. Estas questões despertam um interesse em conhecer melhor estas organizações, bem como o tema Economia Social.

Para além do conceito “Economia Social”, existem outros que consoante o contexto sociopolítico apareceram com diferentes tipos de interpretação, como é o caso do conceito de “Terceiro Setor”, “Economia Solidária”, “Setor não Lucrativo”, ... entre outros termos. O conceito de Terceiro Setor é mais utilizado no contexto norte americano, sendo que essa classificação engloba todas as instituições que tendo por base ser sem fins lucrativos, as quais apresentam cinco características fundamentais, as quais são a sua formalidade, sendo confiáveis perante a sociedade onde se estabelecem; privadas, são instituições criadas por pessoas que perante situações de dificuldades, decidem criar organizações de forma a colmatar certas dificuldades em nichos da sociedade (no contexto português, grande parte destas instituições recebem financiamentos por parte do próprio estado, muito por causa da incapacidade do Estado em mitigar todas as dificuldades da sociedade); independentes, não se associam a outro tipo de organizações, laborando unicamente em seu nome próprio; não distribuem lucros, caracterizados por excedentes e não por lucros, os mesmos são reinvestidos nas organizações; laboram com bastante afluência de voluntários (Filho, 2002; Oliveira, 2018; Costa, 2016).

O conceito Economia Solidária, na sociedade atual é visto como “um processo e não um projeto” (Fontes, 2015), este conceito proveniente da Europa Francófona e da América Latina, está associado às novas formas a que a economia social está relacionada, como é o exemplo dos desafios de solidariedade consequentes do agravamento da pobreza e da exclusão social (Cavaco, 2005).

Em suma, todos os conceitos estão interligados tendo em conta um ponto fundamental, a ajuda ao próximo combatendo problemas sociais, tendo sempre em conta preocupações quanto à saúde, riqueza, apoio e inclusão social da população. A existência de diferentes nomenclaturas deve-se muito à emergência dos termos tendo em conta raízes diferentes (local de origem dos termos); o contexto histórico dos próprios países; o contexto linguístico, em Portugal “solidário” tem uma conotação mais direcionada para a justiça social e para a cooperação; ..., entre outros exemplos, mostrando o quão rica e útil pode ser a diversidade, mesmo quando se trate de um termo/modelo económico diferente do tradicionalmente estudado (Alves, 2018; Antunes, 2020; Filho, 2002).

Quanto à parte financeira, a sua importância neste setor tem vindo a ser cada vez mais notada nos tempos que decorrem, cada vez se tem mais em atenção a situação financeira nas organizações/instituições, contudo é necessário que exista literatura financeira mais robusta relacionada com este setor. Geralmente, a população que necessita de usufruir dos serviços destas instituições, não tem capacidade financeira para pagar tais serviços que lhes são prestados (Suiama, 2020), todavia o estado está sempre presente e de certa forma atento a estas instituições que, quer queiramos ou não, laboram no sentido de evitar que as pessoas, que à partida não conseguem obter ajudas do Estado, tenham as suas necessidades supridas (Caiado, 2022; Diário da República, 1983)

No caso das Misericórdias, e tendo em conta o tipo de grupo-alvo abrangido por estas instituições (crianças, idosos, pessoas com deficiência), as mesmas, utilizando como meio de comparação as restantes instituições pertencentes à Economia Social, necessitam de ter em conta diferentes indicadores aquando se estuda a situação financeira das mesmas (Soares, 2015; Bucan & Markovic, 2021; Robalo, 2017).

Como principais objetivos do estudo, pretendesse avaliar a importância do setor da Economia Social em Portugal, analisando-se de que forma este setor se tem manifestado ao longo dos anos; investigar temáticas relacionadas com este setor, como é o caso da gestão financeira e sustentabilidade financeira; avaliar a situação vivida em instituições pertencentes a este grande setor, nomeadamente, misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e por último, estudar um leque de misericórdias, em ativo em Portugal, tentando assim concluir se existe relevância aquando se utilizam certos indicadores financeiros e demográficos.

1.2 Estrutura da dissertação

De forma a identificar melhor o setor que vai ser estudado é importante conhecer bem o que é a “Economia Social”, bem como entender de que forma é que organizações presentes nesta mesma área, laboram as suas atividades, criando dessa forma rentabilidade. Para uma melhor compreensão deste setor, bem como todas as formas como o mesmo se tem financiado e tem sido gerido desde o seu aparecimento, é importante perceber quais são as ideologias, a missão, as dificuldades que têm sofrido ao longo dos anos.

A presente dissertação divide-se assim em três grandes partes. A primeira parte remete-nos à revisão bibliográfica desta grande área, onde foi por mim espectável estudar o setor de uma forma ampla, entendendo e identificando quais os tipos de organizações pertencentes ao mesmo; a forma como as mesmas conseguem se manter em ativo, quais são as suas principais fontes de financiamento; neste setor as organizações são ou não administradas por voluntários, os mesmos apresentam formação em certas áreas fulcrais como é o caso da área contabilista; também irá ser feita uma pequena análise às atuais situações de duas Misericórdias que já estão bem presentes, já tendo provado a sua importância dentro da população onde se inserem.

Na segunda parte, e utilizando a base de dados da ORBIS, bem como os dados presentes no Pordata e no INE, foi possível realizar um estudo à maioria das misericórdias existentes em Portugal, sendo que o base do mesmo, se centraliza em diferentes tipos de indicadores, quer os mesmos sejam financeiros, principais indicadores em estudo, como demográficos, de qualidade de vida ou de desempenho.

Por último, na terceira parte estão presentes as considerações finais ao estudo em questão.

2. Economia Social

2.1 O aparecimento da Economia Social

O conceito de Economia Social, mesmo estando presente desde há muitos séculos de um modo implícito, encontrou a sua projeção científica e reconhecimento político, jurídico e institucional, no século XIX.

É possível apontar alguns momentos importantes nesta grande “árvore” que é a Economia, como é o caso do economista francês Charles Dunoyer, responsável, em 1830, pela publicação do tratado da economia social. (Caeiro, 2008; Grigor, 2013). Ainda segundo Grigor (2013), tanto o conceito de Economia Social como as próprias Empresas Sociais, apenas foram reconhecidas nestes últimos anos, porém já no século XVIII existiam organizações responsáveis por defender os grupos sociais mais desfavorecidos, sendo as associações e cooperativas as mais representativas nesta época.

No início do século XIX, e com o fim da revolução industrial Francesa, surgiram alterações socioeconómicas profundas na sociedade. Problemas sociais, consequentes deste mesmo acontecimento, fizeram com que a população se visse obrigada a se juntar de forma a colmatar certas necessidades, como é o caso dos bens de consumo, condições laborais e os problemas relacionados com a educação dos mais novos. O conceito Economia Social, está desde então, bem definido e constado no quadro institucional e legislativo de muitos países. (Hayward, 1959; Estivill, 2018; Amaro, 2016).

Após alguns anos, e com o aparecimento deste novo conceito na Europa, chegou assim a Portugal, com a revisão da Constituição da República Portuguesa de 1997, o verdadeiro reconhecimento institucional da Economia Social, bem como todas as normas, regras e obrigações destas entidades, sendo que de uma forma prática, ocorreu uma inclusão do “...mutualismo e das entidades com estatuto de IPSS na galáxia institucional das diversas entidades da Economia Social” (Garrido, 2021).

Contudo, desde a segunda metade do século XIX, e muito devido à mediação que teve noutros países da Europa, como Inglaterra e França, o acolhimento do conceito “Economia Social”, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, era já referenciado no currículo do ensino

da Economia Política. Ainda que as entidades deste setor tenham sentido algumas dificuldades em se implementarem no contexto do liberalismo português, este conceito sempre procurou em si criar uma ligação entre as suas ideias e práticas (Caeiro, 2008; Garrido, 2017).

2.2 Subsetores da Economia Social

Segundo o art. 82º da Constituição da República, existem 3 setores em Portugal, o setor público, o setor privado e o setor cooperativo e social, ou tradicionalmente chamado de terceiro setor.

É importante perceber que dentro deste grande mundo da Economia Social existe muito mais para além das entidades do terceiro setor, representativas e cruciais na colmatação de brechas da sociedade. A mesma tem como missão promover a equidade social, podendo ser interpretado como uma tentativa de implementação de justiça social (Deforny & Nyssens, 2013; Caeiro, 2008).

A realidade do terceiro setor é peculiar pela sua natureza, por vezes, ainda indefinida. Por um lado, as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), estão perante um escrutínio muito particular pela abrangência de entidades perante as quais se responsabilizam. Estas organizações, têm de se justificar perante uma série de entidades (os *stakeholders*, doadores, o governo, os beneficiários...), mas também perante opinião pública, perante os quais têm de demonstrar a eficácia e a eficiência das suas operações e programas (Brown & Moore, 2001). Por outro lado, as OSFL são muitas vezes associadas à falta de responsabilização, enfrentando desafios relativos à prestação de contas, uma vez que não existe a mesma pressão regulatória e financeira como se verifica no caso das empresas com fins lucrativos. Assim, a capacidade de responsabilização, no caso das OSFL, pode ser limitada e inconsistente (Bovens, 2007).

As necessidades de assistência social, originaram diversas iniciativas na população portuguesa, que se deve à forte influência da religião na nossa sociedade. Dessa forma, o Setor não Lucrativo, é caracterizado por executar um papel fulcral na ajuda onde quer que se situe. Este setor labora em vários níveis, nomeadamente, na luta contra a exclusão social, sendo o mesmo, geralmente constituído, por voluntários, mas também por profissionais remunerados. Um controlo menos apertado e menos profissional em termos de gestão, tem

sido o verificado maioritariamente neste tipo de organizações, acrescentando o fator de que estas entidades são financiadas maioritariamente pelo estado, doações e voluntários (Quintão, 2004; Manzambi, 2018; Ferreira, 2012).

Segundo McMullen, *et al.* (2002), apesar da existência de um consenso generalizado, relativamente à importância do setor não lucrativo, pouco se sabe sobre a forma como o setor e as organizações que o integram, estão organizadas. Existem, no entanto, elementos usuais nestas definições, que nos permitem concluir que este setor é distinto do lucrativo, desde logo, pelo mesmo ser constituído por organizações sem fins lucrativos, cuja principal missão é ajudar os mais desfavorecidos e proporcionar-lhes melhores condições de vida.

Pode ser dito que em Portugal existem 5 grandes grupos de entidades representativas no terceiro setor, entre elas:

- as Associações, são entidades de direitos privados, com personalidade jurídica, constituídas geralmente por voluntários, onde as mesmas têm como principal missão atender interesses sociais, como culturas, ambientais ou mesmo comunitários. São geralmente vistas como um elo entre o Estado e a população envolvente, laborando no sentido de colmatar necessidades que o próprio Estado e setor privado, não conseguem dar resposta (Campos, 2013; Oliveira 2018);
- as Fundações, que não estando envolvidas em vendas de bens e serviços, de qualquer género, as mesmas também não têm clientes ou consumidores perante os quais devam prestar contas, o seu elemento crucial é o património de afeto a um fim, sendo este suficiente para a sua boa longevidade (Braverman *et al.*, 2004; Martins, 2021);
- as Cooperativas, são organizações de natureza empresarial própria, sendo geralmente constituídas por um número considerável de membros, os mesmos apresentam um objetivo em comum, com forte sinergia entre eles, diferindo umas das outras na diversidade de práticas sociais ou atividades cooperativistas, e podendo apresentar tanto uma natureza económica, como social ou cultural (Namorado, 2013);
- as Associações Mutualistas, ou associações de socorro mútuo, representam um conjunto de pessoas coletivas de direito privado, que opera à base da entreajuda e da quotização dos seus associados, praticando iniciativas de desenvolvimento humano e

de proteção civil, as mesmas apresentam um estatuto de instituições particulares de solidariedade social (Código das Associações Mutualistas, 2018);

- as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que são instituições, como o próprio nome indica, constituídas por pessoas coletivas, que não têm como objetivo a obtenção de excedentes, apresentam uma iniciativa inteiramente privada, que auxilia a sociedade tendo em conta deveres morais de justiça e solidariedade, cooperando na ajuda aos direitos dos cidadão, as mesmas são consideradas IPSS, desde que, não sejam administradas nem pelo Estado nem por outras organizações públicas (Guia Prático da Economia Social, *s.d.*), em 31 de dezembro de 2017, estas foram consideradas as instituições do setor não lucrativo mais representativas em Portugal (Solidariedade, 2018).

O bom desempenho das instituições do setor não lucrativo vai muito para além da forma como as mesmas difundem o mecanismo de trabalho utilizado. Com a existência de uma concorrência significativa dos recursos bem como na aquisição de pessoas competentes, as organizações devem procurar formas de adquirir os mesmos, favorecendo assim a sua sustentabilidade. A firmeza nos objetivos e políticas têm sido cada vez mais fulcrais neste meio, fazendo com que sejam melhorados os desempenhos financeiros e o status competitivos nas organizações (Bart *et al.*, 2014).

2.3 O universo da Economia social em Portugal

2.3.1 Perspetiva descritiva da Economia Social na atualidade

Recorrendo à quarta edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), correspondente aos anos de 2019 e 2020, é possível verificar alguns aspetos fundamentais.

Em pleno ano de Covid, o valor do VAB (Valor Acrescentado Bruto) referente à Economia Social apresentou um aumento 0.2 % (de 3% em 2019 para 3.2% em 2020), consequentemente no ano de 2020 mais de 73 mil entidades deste setor geraram 5,0% do emprego total e 5,9% do emprego da economia nacional. Também foi verificado que para o mesmo intervalo, existiu um aumento nos salários em empregos remunerados da Economia Social (CASES, 2023).

O setor da saúde, que foi o setor da Economia Social que em 2020 teve um maior crescimento, representou cerca de 25,5% do VAB e cerca de 33,2% do emprego remunerado da Economia Social. Com valores próximos aos indicados anteriormente abordados, também os Serviços Sociais geraram valores consideráveis, sendo os mesmos 24,9% do VAB e 29,9% do emprego remunerado da Economia Social, podendo factualmente ser referido que os mesmos, no presente ano de estudo, foram os responsáveis pelo crescimento deste setor. Por outro lado, organizações relacionadas com a cultura, comunicação e atividades de recreio, as mais representativas no universo da CSES (representando cerca de 45% das organizações), apresentaram valores baixos, cerca de 3,7% do VAB e 4,9% do total do emprego remunerado da Economia Social (CASES, 2023; INE, 2023).

Como é esperado, pela relevância e a importância que cada vez mais se dá ao Setor da Economia Social, o aumento da procura por entidades deste setor também tem sido superior. Tendo por base as quatro edições da CSES, com maior ênfase à última edição publicada em 2023, é possível verificar à priori um aumento constante no número de entidades, provando que com a existência de uma maior procura no mercado o número de entidades tende assim a aumentar de forma a tentar dar resposta a todos os pedidos.

2.3.2 Número de entidades e a sua representatividade

Tendo por base o Gráfico 1, é possível verificar que nos anos de 2010 a 2020 deu-se um aumento de aproximadamente 33% do número de entidades da Economia Social, sendo o crescimento mais acentuado entre os anos de 2013 e 2016, acabando assim por estagnar até 2020. Os valores de 2019 a 2020, mantiveram-se praticamente os mesmos, tendo sido sentido um pequeno aumento respetivamente (aumento de 2,9% de 2016 para 2019 e de 0,4% de 2019 para 2020).

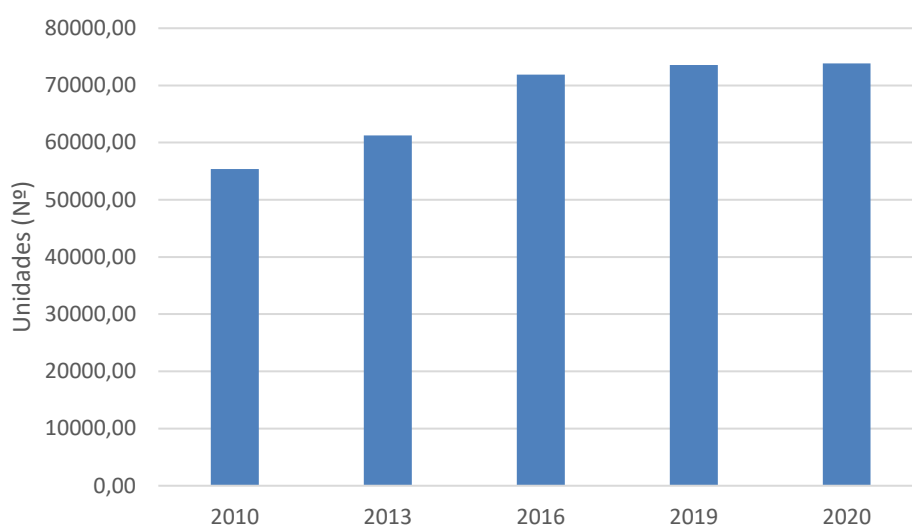


Gráfico 1: Evolução do universo das entidades da Economia Social, tendo por base as quatro edições da CSES.

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Relativamente à divisão por denominação por parte das entidades deste terceiro setor (Gráfico 2), pode ser verificado, através da Conta Satélite da Economia Social referente aos anos de 2019 e 2020, que mais de 40% das mesmas são constituídas por atividades relacionadas com cultura, comunicação e atividades de recreio. Já pouco representativas, pode ser verificado que entidades relacionadas com os serviços sociais (9%) e entidades relacionadas com a religião (11,6%), aparecem assim em segundo e terceiro lugar nas mais presentes em Portugal.

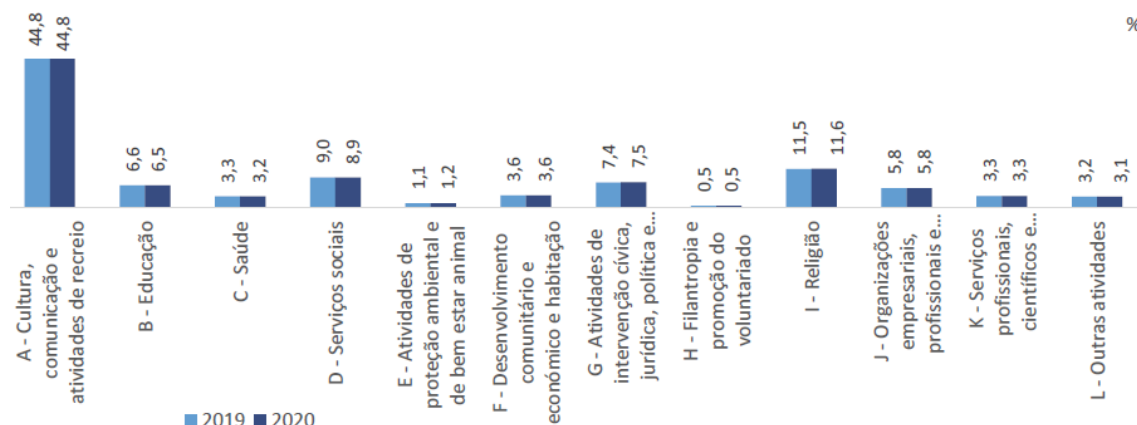


Gráfico 2: Distribuição por %, das entidades da Economia Social (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor).

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Tendo por base os gráficos apresentados na Conta Satélite da Economia Social de 2016 e na Conta Satélite da Economia Social de 2013 (Anexo A e B), puderam ser verificadas alterações entre os três documentos abordados (publicados em 2016, 2019 e 2023).

Entidades direcionadas para a cultura, comunicação e atividades de recreio, já nas edições anteriores representavam aproximadamente metade das entidades do setor (cronologicamente, 50,73% e 46,91%), seguindo-se, tal como foi constatado entidades do setor da Ação Social/Serviços Sociais (cronologicamente, 15,57% e 9,71%) e entidades relacionadas com a Religião/Cultos e Congregações (cronologicamente, 13,69% e 11,87%). A nível numérico, todas as entidades referenciadas, viram com o passar dos anos, um crescimento do número de instituições inseridas nas devidas classificações de entidades económicas.

2.3.3 Emprego, Emprego Remunerado e VAB

Na mais recente Conta Satélite da Economia Social, que nem sempre as entidades mais representadas são aquelas que geram mais VAB ou mesmo mais emprego, quer ele seja remunerado ou não. Pode ser dito, de outro modo que, uma maior representatividade não é necessariamente acompanhada com valores superiores de Emprego/Emprego Remunerado/VAB.

O principal objetivo das entidades do terceiro setor é preencher nichos da sociedade aos quais o Estado não consegue dar resposta. Contudo as pessoas necessitam de recursos para sobreviver, e cada vez mais as entidades deste setor têm a necessidade de ter profissionais qualificados, que muitas vezes mesmo com toda a vontade e ambição que têm no projeto, sentem a necessidade de serem remunerados (Westlund, 2003; Ferreira, 2009).

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CISFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)		Emprego		Emprego remunerado		VAB	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		ETC		ETC		10 ⁶ Euros	
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	32 949	33 063	12 466	12 526	11 867	11 979	234	206
B - Educação	4 837	4 815	31 419	31 276	31 343	31 127	820	801
C - Saúde	2 404	2 400	79 979	80 920	79 889	80 893	1 393	1 428
D - Serviços sociais	6 622	6 606	72 792	73 124	72 573	72 966	1 393	1 391
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	819	856	754	726	727	702	9	9
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 619	2 634	2 449	2 359	2 271	2 219	39	54
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 476	5 561	2 925	2 869	2 815	2 803	61	58
H - Filantropia e promoção do voluntariado	334	340	146	152	139	146	-1	0
I - Religião	8 475	8 543	8 629	8 665	8 604	8 642	164	159
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	4 251	4 259	7 884	7 382	7 513	7 135	179	180
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 448	2 450	7 450	7 912	7 261	7 658	511	519
L - Outras atividades	2 340	2 324	17 980	17 706	17 755	17 513	775	792
Economia Social	73 574	73 851	244 873	245 618	242 757	243 783	5 575	5 597
Economia Nacional	//	//	4 807 467	4 701 371	4 175 194	4 115 061	185 536	174 768
Economia Social / Economia Nacional (%)	//	//	5,1	5,2	5,8	5,9	3,0	3,2

Tabela 1: Distribuição dos principais indicadores (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor).

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Tendo em conta a Tabela 1, referente à última CSES divulgada, entidades culturais, de comunicação e de atividades de recreio, não são as mais representativas em questões de Emprego, Emprego Remunerado e VAB. Relativamente ao emprego, estas apenas representam 5,09% e 5,10% do total de emprego alocado a entidades do Setor Social, respetivamente aos anos de 2019 e 2020; tendo em conta o emprego remunerado este representa em 2019, 4,89% do total e em 2020, 4,91% também do total; por fim o VAB neste tipo de entidade representa apenas 4,20% e 3,68% (2019 e 2020).

Tal como foi dito no início deste ponto 1.3., entidades relacionadas com a Saúde e com os Serviços Sociais, são assim as mais responsáveis pela alavancagem do VAB referente à Economia Social. A nível de emprego, entidades relacionadas com a Saúde representam cerca de 32,66% (2019) e 32,95% (2020) e entidades relacionadas com os Serviços Sociais 29,73%

(2019) e 29,77% (2020). O mesmo se verifica em todos os restantes indicadores (Emprego Remunerado e VAB), como pode ser verificado no Anexo C. É importante salientar, que este último CSES foi trabalhado com dados relativos aos anos 2019/2020, altura em que Portugal e grande parte do Mundo, vivia uma grande situação pandémico, será importante perceber se esta representatividade estará relacionada com a crise pandémica ou não.

Analisando os Anexos D e E, e tendo em conta a existência de alterações na denominação dada a quando se deu a publicação do CSES de 2016 (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CAEES) e não como é atualmente, Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOUSFL/TS)), foi possível verificar, que já mesmo na altura das publicações dos primeiros CSES, entidades relacionadas com Saúde e Serviços Sociais, eram aquelas que sim impulsionavam mais o crescimento do VAB, sendo que eram também as mesmas que empregavam mais trabalhadores, tanto com a existência de remuneração ou não.

Com isto foi possível concluir que nos anos pandémicos os valores obtidos nas três variáveis analisadas não fugiram à regra do que se tinha verificado desde a publicação dos primeiro CSES, sendo que podem ter sido impulsionados unicamente devido à maior procura nessas áreas (Saúde e Serviços Sociais). Dentro deste Terceiro Setor é necessário executar sempre um estudo mais minucioso, pois nem sempre as entidades que mais estão presentes na ação são aqueles que impulsionam o VAB neste setor.

2.3.4 Distribuição das entidades por grupos de entidades

Relativamente à representatividade, foi verificado que em Portugal Associações com Fins Altruístas (organizações que promovem o bem-estar da sociedade ou de um grupo específico de pessoas), são aquelas que dominam o Terceiro setor, congregando desde o ano de 2016 mais de 92,9% das entidades (Gráfico 3).

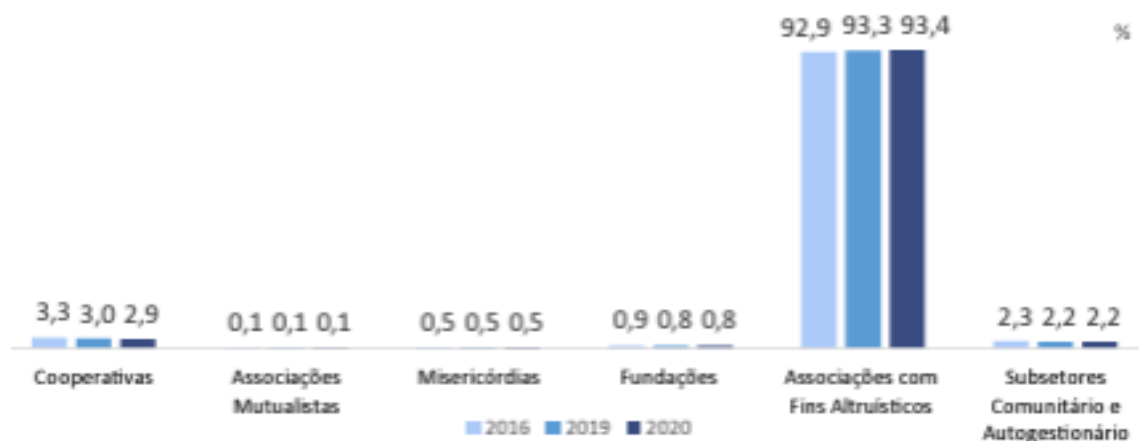


Gráfico 3: Distribuição, em %, das entidades da Economia Social por grupo de entidades.

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

As percentagens apresentadas neste último CSES, não foram fora da normalidade, o que pode ser comprovado no Anexo F, referente ao CSES referente ao ano de 2013. Ainda dentro deste tópico, é possível verificar a longevidade que estas entidades apresentam, oferecendo uma visão mais ampla.

Segundo Armani (2001), a sustentabilidade está interligada com a forma como a entidade consegue obter receitas, quer esta seja a partir de financiamentos públicos, privados ou não governamentais, acrescentando assim o compromisso a que se propôs aquando da formação das mesmas (missão e valores). Uma boa execução daquilo que foi referenciado, faz com que as próprias entidades obtenham relevância e prosperidade, conseguindo-se assim manter fortes e credíveis neste mundo das entidades da Economia Social.

Decifrando aquilo que nos é exposto no Gráfico 4, à priori é possível verificar que as entidades com uma antiguidade maior são as Associações Mutualistas (41,8% do total destas associações são consideradas centenárias) e as Misericórdias (37,2% do total destas associações são consideradas centenárias). No caso das Misericórdias, estas, já estão bem cimentadas em Portugal desde 1498, sendo que outrora as mesmas estavam maioritariamente interligadas à nobreza, mais especificamente ao Rei (Sá, 2001).

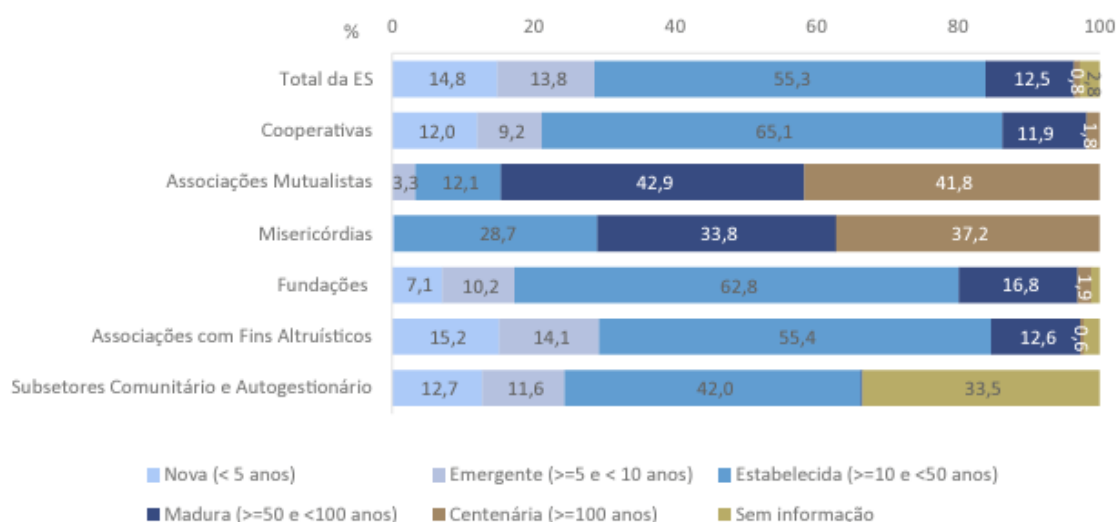


Gráfico 4: Distribuição, em %, das fases de vida das entidades da Economia Social, por grupo de entidades.

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Pode também ser constatado que percentualmente, Associações com Fins Altruístas e Cooperativas, dentro do seu próprio universo, são aquelas que apresentam maior percentagem relacionada com entidades novas (< 5 anos). Em ambos os casos, estas também se encontram como uma das mais representadas, tendo em conta a classificação “Estabelecidas” (>=10 anos e <50 anos) (Exceção para o caso das Fundações, que relativamente à classificação “Estabelecidas”, dentro do seu universo apresentam 62,8% das suas entidades). Associações Mutualistas e das Misericórdias, são aquelas que apresentam maior percentagem dentro do seu universo em entidades “Madura” (>=50 e <100 anos).

2.3.5 Distribuição das entidades por Portugal

Tendo por base a última Conta Satélite, relativa aos anos de 2019 e 2020, foi possível, à priori, observar que tal como seria esperado, a maioria das instituições integradas dentro da Economia Social se localizam nas cidades de Lisboa e Porto, sendo apresentados em ambas as cidades referidas, um número superior a 12.000 entidades. Segundo Rocha (2013), nessas mesmas cidades é onde se localizam as sedes da maioria das organizações, onde pode ser verificado, respetivamente, 43% e 18,3%. Apesar da maioria das entidades terem situada a sua sede nas duas maiores cidades portuguesas, as mesmas atuam a nível nacional.

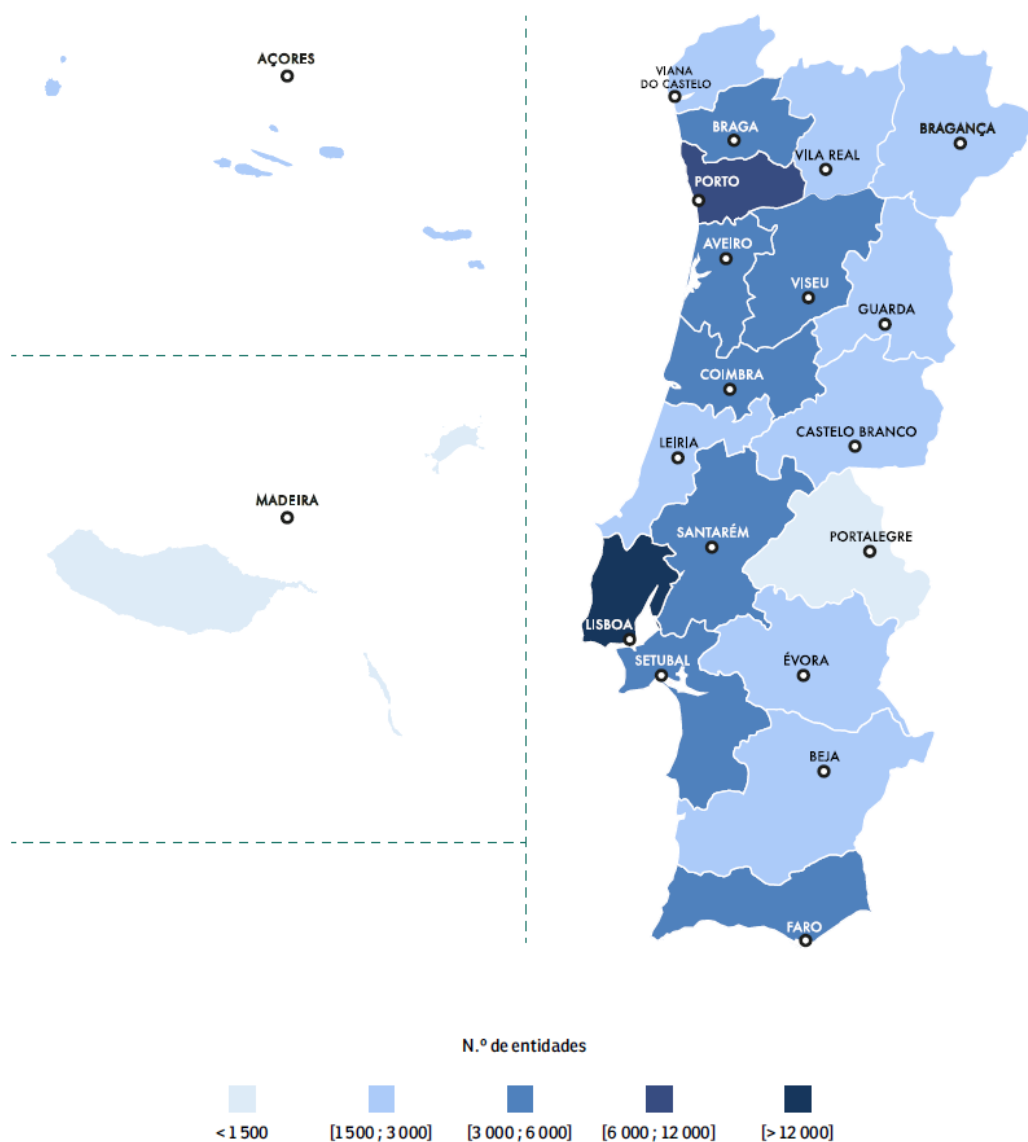


Figura 1: Distribuição das entidades da Economia Social, por Distritos (2020).

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Observando a Figura 1, verificamos, que a grande representatividade verificada em Lisboa e Porto (superior a 50% do total de entidades), mostra uma certa preferência, destas instituições, em se localizarem em zonas mais costeiras, em comparação às zonas mais ao interior.

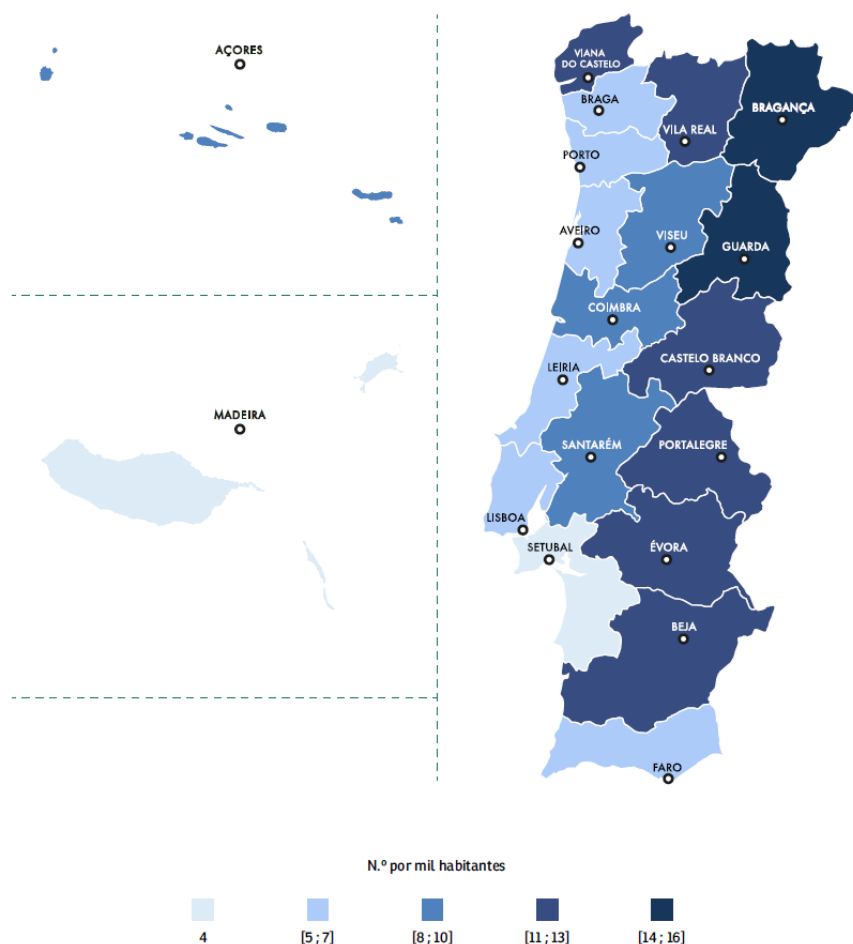


Figura 2: Número de entidades da Economia Social (2020) por mil habitantes (2021), por Distrito.

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Por outro lado, é de grande importância salientar que mesmo com esta aglomeração observada nas cidades citadas, são as cidades localizadas no interior aquelas que estão mais bem preparadas para dar resposta à população. Tendo em conta a Figura 2, e tendo por base o senso de 2021, por cada mil habitantes, os distritos a norte (Bragança e Guarda), são aquelas que, mesmo com a existência de poucas entidades (entre 1.500 e 3.000) conseguem oferecer à sua população uma resposta, muito provavelmente, mais rápida e eficaz. O mesmo pode ser verificado nos restantes distritos a interior de Portugal, sendo única exceção Viana do Castelo (INE, 2023; Rapaz, 2015).

2.4 A Economia Social na Europa

O tema da Economia Social, tem vindo a suscitar a atenção de muitos dos países situados na Europa Oriental e Central, sendo por muitos considerado esta uma realidade indispensável na democracia moderna vivida nestes países. As ONG, pertencentes a este grande setor, recebem assim apoios financeiros e técnicos, muitos deles provenientes do estado, fazendo com que a sua boa ou má ação, nas diversas áreas onde se posicionam, cheguem a ser tema/assunto, em diversos debates governamentais dos países onde se inserem (Guess & Abrams, 2005; Comité Económico e Social Europeu, 2017).

Ainda que no início deste século, a Europa se tenha deparado com o desaparecimento de várias instituições (cooperativas e mutualidades), este é um setor que tem crescido e empregado um grande número de funcionários nas suas diversas áreas (Guess & Abrams, 2005; CESE, 2017).

Alto	Moderado	Baixo
Espanha, França, Portugal, Bélgica e Luxemburgo	Itália, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Letónia, Malta, Polónia, Bulgária, Grécia, Hungria, Irlanda, Roménia e Eslovénia	Áustria, República Checa, Estónia, Alemanha, Lituânia, Malta, Países Baixos, Eslováquia e Croácia

Tabela 2: Distinção dos Países Europeus quanto à familiarização pelo Conceito de “Economia Social”.

Fonte: CESE (2017).

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos Países da Europa, relativamente ao Conceito de “Economia Social”. Na primeira coluna, alusiva aos países que reconhecem facilmente o conceito de Economia Social, temos o caso da França, país onde nasceu o conceito de Economia Social; Portugal, que como já foi averiguado, tem apresentado um VAB em constante crescimento neste setor, o que faz com que a população se interesse mais por esta área relevante no país; Espanha, que em 2011 aprovou a primeira lei nacional europeia relacionada com a Economia Social; Bélgica, que mais recentemente foi o país anfitrião da Conferência Europeia de Economia Social.

Os países presentes na segunda e terceira coluna, têm presente conceitos correlacionados com a Economia Social no dia a dia da população, como é o caso de “Economia da Dádiva”, “Setor de Voluntariado”, “Setor de atividades sem fins lucrativos”, ... entre outros (Vieira *et al.*, 2017; *European Commission*, 2021). A maioria dos países presentes na coluna “baixo”, são maioritariamente países germânicos ou países que aderiram à União Europeia há pouco tempo (Comité Económico e Social Europeu, 2017).

No caso do Emprego, e recorrendo ao documento disponibilizado pelo Comité Económico e Social Europeu (EESC), *Recent Evolutions of Social Economy – Study*, publicado em 2017, podemos dizer que dentro dos 28 estados membros pertencentes à União Europeia, podem ser observadas mais de 2,8 milhões de entidades integradas neste setor, empregando mais de 19,1 milhões de pessoas (apresentando 13,6 milhões um posto de trabalho remunerado), sendo que percentualmente, estamos a falar de cerca de 6,3% da população ativa da Europa (Comité Económico e Social Europeu, 2017).

Recorrendo ao mesmo documento, em concreto ao Anexo G, podemos perceber que certos países, como é o caso da França, Alemanha, Itália e Espanha, apresentam um elevado número de postos de trabalho remunerados dentro desta área. Quanto à sua representatividade, em comparação ao emprego total, o mesmo representa, 9,1%, 6,7%, 8,8% e 7,7%, respetivamente (Anexo H). Os mesmos têm ao longo dos anos, desde 2010 até 2015, aumentado os postos de trabalho de uma forma bastante representativa, variando essa percentagem, entre os 2,3% e os 9,3%. Excecionalmente, temos o exemplo da Itália que no mesmo intervalo teve uma diminuição de 13,7% (Anexo I).

Podem também ser observadas informações pertinentes em relação a preponderância da Economia Social na Europa. Na Bélgica 11,8% dos trabalhadores laboram nesta área, tendo sido notado um aumento na taxa de crescimento de 8,3% (entre 2009 e 2013). Já no caso espanhol, entre 2008 e 2014, existiu um crescimento tanto em relação a postos de trabalho inseridos nesta área, vinte e nove mil instituições, como em relação a novos postos de trabalho, cento e noventa mil (CASES, 2015). Por outro lado, esta tão importante área da Economia, ainda tem em vista uma possibilidade de crescimento maior, países como a Eslovénia, Roménia, Malta, Lituânia, Croácia, Chipre e Eslováquia, países que fazem parte “recentemente” da União Europeia, apresentam unicamente 2% da sua população empregue

nesta área (Comité Económico e Social Europeu, 2017).

Pensando no segmento da Economia Social na Europa, é importante perceber que com os tempos que decorrem o peso dado pela União Europeia a assuntos relacionados com pobreza, bem-estar social ou pensionistas assim como a temas muitas vezes associados a pessoas com certas deficiências ou problemas em se adaptarem dentro de sociedades completamente diferentes (exemplo da migração em massa), tem sido cada vez mais um tema de debate nas diversas conversações entre países membros (Coimbra, 2019; Correia, 2023; Donnelly & Watkins, 2021).

A existência de uma mentalidade direcionada para preocupações ambientais, para a ajuda do próximo e com ideias formuladas para a resolução de problemas relacionados com alterações que marcam o dia a dia das pessoas, faz com que seja necessário a criação de diretrizes tendo em mente a resolução desses problemas. A inovação social, tema do mesmo nível de preocupação, não foge à regra, desigualdade económica, o aumento da população idosa, desemprego e o problema da migração em massa, são outros dos temas mais presentes na Europa atualmente (Schimmelfenning & Winzen, 2023; *European Commission*, 2024).

Programas como a EaSI (Programa para o Emprego e a Inovação Social), surgem tendo como objetivo promover emprego de qualidade e sustentável, garantindo uma proteção social adequada e merecida, ajudando a que problemas como a exclusão social e a pobreza, sejam mitigados (European Commission, 2021 e 2015). Por toda a Europa têm aparecido e cimentando-se, desde há vários anos, inúmeras empresas, organizações, instituições..., que desenvolvem iniciativas, com apoios ou não, dos próprios estados onde se localizam, de forma a desenvolver oportunidades melhores, mitigando problemas existentes na sociedade (CESE, 2017; Lawson, 2021).

- *Ateliers Chantiers d'Insertion* (ACI) (França), em português, Ateliers de Projetos de Integração, oferece apoio e atividade profissional a pessoas que para além de estarem desempregadas, enfrentam dificuldades em se inserirem novamente na sociedade (presidiários e pessoas portadoras de deficiência). As pessoas inseridas nesses projetos beneficiam de uma oportunidade de emprego, uma oportunidade de se reinserirem novamente na sociedade e de um salário (podendo ultrapassar o salário mínimo), é de

grande importância referir que as mesmas são monitorizadas, prevenindo algum tipo de acontecimento inoportuno (*Décret n° 2021-1128, 2021*);

- *Fundación ONCE* (Espanha), com a missão de ajudar e inserirem pessoas com deficiências visuais, esta Organização sem Fins Lucrativos, procura oferecer serviços diversos, como formação, emprego ou mesmo reabilitação, a pessoas que geralmente enfrentam sérias dificuldades em criar/manter uma vida profissional ativa (Galán *et al.*, 2015).
- *Diakonie* (Alemanha), é uma organização de assistência social das igrejas protestantes alemãs, que tem como missão promover dignidade e a singularidade de cada ser humano, prestam esta ajuda a pessoas com doenças, deficiências, toxicodependentes, famílias desfavorecidas... entre outros. São uma das maiores organizações da Alemanha, desta área da assistência social (*Diakonie*, 2016).

Todas as organizações/instituições referidas, laboram no sentido de mitigar certas debilidades que existem no meio onde se inserem, com o decorrer dos tempos, outras aparecerão conforme as necessidades vividas na atualidade, com isso a União Europeia deve/tem a responsabilidade de continuar a desenvolver medidas de apoio a situações que, de uma forma simples, podem ser culminadas pela ação destas entidades.

2.5 A importância de uma gestão financeira das OSFL com eficiência

A gestão financeira, está relacionada com uma gestão complexa e minuciosa, que tem como objetivo planear, analisar e controlar os recursos financeiro. A gestão financeira é essencial no dia a dia das organizações e empresas, ajudando a que se mantenha a saúde financeira das mesmas saudável, nunca pondo em causa o seu objetivo/missão. A mesma, sendo extremamente importante em qualquer tipo de organização, necessita de ser abordada de forma a consolidar a estrutura destas organizações, criando ano após ano, uma estabilidade financeira e um crescimento sustentável (Cheng & Mendes, 1989).

Embora o principal objetivo das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) não seja gerar excedente, as mesmas precisam de executar uma boa gestão dos seus recursos financeiros de forma a garantir a sustentabilidade e continuidade da mesma. O Setor Não Lucrativo, tem sofrido um crescimento acentuado ao longo dos últimos anos, doravante, é necessário

estabelecer uma maior preocupação com este setor, desenvolvendo/trabalhando mecanismos que facilitem a sua sustentabilidade. A forma como as OSFL angariam financiamentos é diferente das Organizações Com Fins Lucrativos (OCFL), pois não podem dispensar as doações, contributos, quotizações, subsídios, patrocínios, entre outros. (Martins, 2021).

Dessa forma, as OSFL, devem aperfeiçoar a forma como expõem a situação financeira (Marques, *et al.*, 2015). A análise dos rácios, neste setor, é utilizada de forma a avaliar a rentabilidade, liquidez e a estabilidade financeira destas organizações (Abraham, 2006). A angariação de financiamentos diversificados é um ponto crucial no processo de longevidade da OSFL (Gonçalves, 2017). Os Orçamentos corporativos são um pilar essencial na saúde e bem-estar de todas as organizações, quer elas sejam com ou sem fins lucrativos. Nesse contexto, a transparência das informações, principalmente sobre os recursos recebidos e investimentos realizados, são de enorme importância para as organizações do terceiro setor. Neste, são estabelecidas as ações que podem vir a ser utilizadas pela organização, bem como a quantidade de recursos utilizados. Segundo Carneiro (2015:23), “é um instrumento importante para as organizações elaborarem o seu planeamento a curto prazo e, posteriormente, verificar se este está a ser atingido (controlo)”.

Segundo Santos *et. al.* (2015), um gestor financeiro dentro de uma organização sem fins lucrativos, apresenta funções que passam por analisar, determinar e agir, de forma a conseguir perceber quantos recursos necessita para executar uma certa atividade na mesma. A função de um gestor financeiro juntamente com os membros da organização, passa por, da melhor forma, recolher, utilizar e gerir os recursos financeiros, como é o exemplo dos orçamentos anuais e relatórios diversos.

Uma ferramenta importante na gestão financeira é o fluxo de caixa, sendo este uma instrumento essencial para que exista um controlo das despesas e receitas da organização, ajuda o gestor financeiro a perceber de onde provém os recursos que chegam à empresa, bem como a relevância que os mesmos tem no bom funcionamento, é uma ferramenta útil para que se possa fazer um fácil planeamento a curto e longo prazo, ajudando a monitorizar os custos da organização, bem como na criação de reservas de financiamento (Gonçalves, 2006).

Na generalidade dos casos, as empresas pensam principalmente em obter lucro, contudo, no setor não lucrativo não é “correto” julgar o desempenho do mesmo unicamente olhando para os resultados (lucro/excedente e prejuízo). É certamente um parâmetro que é tido em conta caso a organização seja constituída por acionistas, porém, o resultado nessas organizações é, segundo Berman (1998), influenciado tendo por base a produtividade, sendo que esta tem importância especial neste setor, juntamente, na forma como a organização é mantida atualizada e socialmente relevante. No entanto, a produtividade não se baseia apenas na pressão das partes interessadas, igualmente resulta da própria cultura de gestão e das assunções compartilhadas sobre o desempenho das organizações. Assunções e culturas bem definidas, são importantes para a produtividade pois conduzem frequentemente a um comportamento positivo e empenhado, mais do que baseado apenas nas tensões provocadas pelas partes envolvidas.

Executar um bom planeamento estratégico é fulcral para que seja executada uma adequada gestão financeira, é necessário que exista um nível mínimo de estabilidade e maturidade na organização, antes que a mesma execute um planeamento estratégico. Com a sua criação, uma organização fica mais salvaguardada em casos de possível alteração dos órgãos administrativos. O planeamento estratégico apresenta como mais-valia, criar a possibilidade de o gestor ponderar as ações que pretende implementar, a realização de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) e uma análise PESTEL (*Political, Economic, Social, Technological, Environmental and Legal*), sendo estes bons exemplos de estratégias utilizadas aquando se realiza este tipo de planeamento. Contudo, o planeamento estratégico apresenta algumas lacunas, as próprias organizações não conseguem facilmente reconhecer qual o verdadeiro alcance de um plano estratégico bem delineado e geralmente estes planeamentos são realizados a curto prazo, sendo que nestas organizações sem fins lucrativos, geralmente, o corpo diretivo apenas executa funções durante um curto espaço tempo. Como principal lacuna deste processo, também pode ser referido que sendo estas organizações chefiadas geralmente por voluntários ou trabalhadores em *part-time*, e dado que os mesmos não possuem, ou conhecimentos suficientes ou tempo suficiente, que por exemplo uma pessoa a *full-time* e formada em gestão apresenta, leva a consequências significativas na qualidade organizativa (Azevedo, 2015).

2.6 Sustentabilidade Financeira

O tema Sustentabilidade Organizacional leva sempre a que se pense obrigatoriamente no aspecto financeiro, sendo, de certa forma, a sustentabilidade financeira um dos fatores que demonstram o bom desempenho organizacional. A Sustentabilidade Financeira no terceiro setor é um fator importante para garantir a continuidade e o sucesso da OSFL na realização das suas tarefas (Francisco, 2012; Silva, 2021). As mesmas OSFL, de forma a resistirem a todas as adversidades, devem manter uma vasta lista de fontes. A dependência a partir de um único financiamento faz com que não seja sustentável o seu bom funcionamento (Niswonger, 2019), as mesmas necessitam de ter uma atitude proativa, desenvolvendo eventos de angariação de fundos, programas de financiamento como é o caso do crowdfunding, ou mesmo, criação de laços/parcerias estratégicas que possam vir a beneficiar a organização.

A comunidade envolvente, situada no mesmo local onde se situa a organização, deve ser a mais incentivada a participar tanto nas dinâmicas organizacionais bem como no suprir de certas necessidades da mesma, como por exemplo, laborando como ativos humanos (campanhas de angariação de alimentos, recolherem bens que posteriormente vão ser entregues aos beneficiários, ajudaram nas atividades da organização, entre outros), mesmo que este trabalho não seja remunerado. É importante identificar essas mesmas pessoas, como as principais “beneficiárias” da dinamização das organizações, pois são as mesmas, que poderão vir a usufruir desses mesmos serviços, ou mesmo ajudar a que se conceda uma oportunidade à população que muitas vezes não tem capacidade financeira para usufruir de serviços semelhante, muitas vezes adjacentes a custos bastante elevados (Pinto, 2019; Lopes & Leal, 2017).

Segundo Abdelkarim (2002), a sustentabilidade financeira é referida como a capacidade que as Organizações Não Governamentais (ONG), têm de construir uma base de recursos diversificada, sem que seja posto em causa a estrutura e principalmente o bem-estar das pessoas excluídas de outros serviços semelhantes, caso existam alturas em que o financiamento proveniente de fontes seja mais baixo. Abdelkarim (2002), indica-nos então 3 domínios da sustentabilidade financeira:

- Desenvolvimento de uma gestão financeira adequada, tendo como resultado um aumento na eficiência organizacional, fornecendo informações rigorosas ao gestor sobre a mesma. Dessa forma é possível identificar possíveis diminuições de custos, sem que os mesmos coloquem em causa o bem-estar da entidade, com a implementação de políticas e estratégias de poupança de custos é possível realizar previsões mais pormenorizadas;
- Mobilizar recursos, a criação de estratégias inclusivas de mobilização de recursos, desenvolver/conceber projetos de angariação de doadores e voluntariados e trabalhar em conjunto com o estado, empresas privadas ou mesmo outra ONG, tem como resultado inferiores custos imputados aos projetos, alcançando a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo;
- Gerar rendimentos/autofinanciamento, criação de rendimentos a partir da venda de serviços ou produtos, desenvolvendo estratégias de marketing, comercialização de serviços de assistência e maximização das quotas dos membros da organização.

As organizações sem fins lucrativos, enfrentam, de facto, um problema de escassez de recursos, principalmente pelo facto de serem organizações que dependem de fontes de financiamento externas para realizar as suas atividades e cumprir com os seus objetivos e missão. Neste sentido, existem alguns tipos de recursos a que as organizações recorrem: quotas, pagamentos por prestação de serviços e atividade comercial, que correspondem aos recursos gerados pela própria organização; donativos, de particulares e de empresas, peditórios e subsídios de fundações, que corresponde ao financiamento privado e, por fim, o financiamento do estado, através de acordos de cooperação com a segurança social que corresponde ao financiamento público (Macedo, 2023).

Importante salientar que numa organização deste género, a adoção do princípio da prestação de contas, como mecanismo, faz com que o próprio investidor, sentindo que existe uma missão importante por trás da organização, consiga facilmente perceber de que forma é que a gestão e a administração de recursos estão a ser feitas, quais foram os momentos altos e baixos da mesma, as situações que no passado possam ter prejudicado a organização, os projetos aos quais se candidatou, bem como subsídios, fazendo com que o investidor se sinta motivado a investir. Esta prática favorece todo o tipo de ONGs, cativando cada vez mais pessoas a participar na sua causa (Vargas, 2008).

Segundo Soares *et al.* (2012), os subsídios públicos são uma grande fonte de financiamento das Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL). De forma a procurar financiamentos provenientes da prestação de serviços, as IPSS têm aumentando os serviços prestados a utentes com maior capacidade económica, criando concorrência com as instituições lucrativas. O voluntariado constitui uma vertente importante na contenção dos custos, representando mão de obra com custos bastante reduzidos (redução de custos de trabalho). No mesmo artigo de Soares *et al.* (2012), verificamos que a partir do inquérito realizado pelos autores, os gastos representativos neste setor são provenientes de gastos com energia, gastos com pessoal e gastos com alimentação, por outro lado, os menos relevantes são gastos relacionados com fundadores, patrocinadores, associados e membros. As dificuldades mais referidas pelas IPSS, são custos relacionados com alimentação e serviços.

Segundo Rocha (2013), a governação apresenta maior importância nas ONGs do que propriamente no setor lucrativo. Se no setor lucrativo, quando se está perante algum tipo de problema financeiro, o mesmo é resolvido a partir de um reinvestimento por parte dos sócios/gerentes, no setor não lucrativo isso já não é o caso. Existe uma enorme responsabilidade social neste setor, acompanhada necessariamente de transparência e de confiança por parte do órgão competente, não se labora pensando em ter qualquer tipo de excedente, mas sim em mecanismos de ajuda social. Aquando ocorrência de uma má governação neste setor, podemos verificar que ocorrem tragédias sociais, como fome, doenças, abandono... entre outros.

Existem inúmeros indicadores que podem ser analisados aquando se fala do tema Sustentabilidade Financeira. Tendo por base o estudo de Mourão & Gonçalves (2018), podemos perceber de que forma alguns indicadores influenciam a sustentabilidade financeira nas IPSS, os indicadores apresentados foram:

- EBITDA, que em português significa, “lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações”, é um indicador que ajuda a perceber de que forma se encontra o desempenho operacional de uma empresa, isolando os efeitos de recursos não recorrentes;
- Rentabilidade do ativo, que é utilizado para analisar se o investimento feito foi rentável, decifrando a existência ou não de uma gestão adequada;

- Autonomia financeira, é possível verificar se a instituição é dependente ou não, de subsídios ou financiamentos provenientes do Estado;
- Endividamento total, é utilizada para determinar o grau de endividamento, que é calculado a partir da soma de as todas obrigações financeiras da instituição, e dividido pelo capital total;
- Rentabilidade líquida da atividade, representa o lucro líquido gerado com as receitas líquidas, este indicador é calculado a partir da divisão do lucro líquido pela receita líquida;
- Valor Líquido geral;
- Fundo de maneo, este indicador é representado pela diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes (a curto prazo).

Estes são apenas alguns indicadores que podem ser tidos em conta aquando se pretende estudar a sustentabilidade financeira de uma IPSS ou organização.

Dando o exemplo das Misericórdias, voltamos a analisar o CSES de 2023, que nos ajuda em muito a perceber o desenvolvimento que as entidades deste setor têm sentido ao longo dos tempos. No momento da publicação do CSES de 2023, referente aos anos de 2019 e 2020, foi possível constatar, com o auxílio da Tabela 3, que têm existido uma melhoria dos indicadores VAB, Remuneração dos Empregados, Emprego e Emprego Remunerado.

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Misericórdias (N.º)	387	376	376	-2,8	0,0
VAB (10 ⁶ euros)	597	627	660	5,0	5,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	555	629	658	13,2	4,6
Emprego - ETC (N.º)	39 452	40 656	41 308	3,1	1,6
Emprego remunerado - ETC (N.º)	39 445	40 640	41 308	3,0	1,6

Tabela 3: Evolução dos principais indicadores – Misericórdias.

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social).

Todos estes indicadores são fundamentais para o desenvolvimento da Economia Nacional, fazendo com que seja possível aumentar o poder de compra, por parte de um maior número de portugueses e consequentemente, “maior procura origina maior emprego”, sendo que no caso destas entidades, gerou ao longo de 4 anos (2016 a 2020), um aumento de 1,6% no caso

de emprego remunerado e novamente 1,6% de aumento no número de empregos. O VAB é ainda assim o indicador que mais sobressai nestes dados, tendo sido sentido, no mesmo intervalo de tempo, um aumento de 5,3%. Não menos relevante, é o caso da remuneração dos empregados, que viram assim, um aumento de 4,6% nestes 4 anos. É importante ter em atenção o aumento do ordenado mínimo neste intervalo. Em 2016 apresentava um valor a rondar os 530 euros e em 2020 esse valor já se encontrava nos 635 euros (Decreto-Lei nº254-A/2015, de 31 de dezembro; Decreto-Lei nº167/2019, de 21 de novembro).

De forma a analisar a sustentabilidade das Misericórdias, iremos analisar dois relatórios de contas de duas misericórdias de forma a perceber de onde provém as receitas destas instituições bem como de que formas as mesmas se conseguem manter sustentáveis. A escolha das misericórdias teve por base a localização geográfica bem como a proximidade da mesma. A Santa Casa da Misericórdia de Alijó, sendo uma localidade próximo a Vila Real, despertou o interesse em se perceber o trabalho por eles realizado na vila de Alijó bem como nas aldeias envolventes; tem tido um crescimento de várias dimensões nos últimos anos, para além do facto de apresentarem distintas respostas à população envolvente. A Santa Casa da Misericórdia de Constância é localizada no distrito de Santarém, mais concretamente, na província do Ribatejo, à priori foi possível identificar que a mesma apresentava uma menor diversidade de serviços prestados à população.

2.6.1 Santa Casa da Misericórdia de Constância

Foi analisado o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2022, da Santa Casa da Misericórdia de Constância, tendo como objetivo promover uma melhoria permanente da qualidade do serviço prestado, bem como a sustentabilidade da própria organização. À priori foi possível visualizar, que no ano em causa, graças a decisão municipal do concelho onde se aloja esta instituição, a mesma ficou isenta do pagamento de água, acrescendo que a mesma recebeu um apoio destinado ao combate à COVID-19. Também por iniciativa do Centro da Segurança Social de Santarém, é aumentada a comparticipação mensal bem como a possibilidade de a instituição conseguir abranger um maior número de pessoas apoiadas (neste caso mais 10 crianças na creche).

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 495 679,15 €	2 581 284,31 €
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento		4 198,50 €	4 198,50 €
Ativos intangíveis	6	- €	- €
Investimentos financeiros	7	15 912,84 €	14 214,81 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros		342 726,64 €	269 275,74 €
Subtotal		2 858 517,13 €	2 868 973,36 €
Ativo corrente			
Inventários	8	4 980,56 €	3 943,33 €
Clientes	11.1	53 693,72 €	53 304,03 €
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	13.1	9 547,29 €	9 994,77 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		3 628,94 €	3 070,94 €
Outras contas a receber		890,10 €	- €
Diferimentos		2 413,05 €	3 736,21 €
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4, 11.2	47 315,13 €	116 574,85 €
Outros		- €	- €
Subtotal		122 468,79 €	190 624,13 €
Total do ativo		2 980 985,92 €	3 059 597,49 €
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.3	25 802,63 €	25 802,63 €
Doações	13.3	257 848,04 €	257 848,04 €
Resultados transitados	13.3	179 222,92 €	306 623,07 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.3	1 766 178,01 €	1 764 166,74 €
Subtotal		2 229 051,60 €	2 354 440,48 €
Resultado líquido do período		-116 156,55 €	-127 400,15 €
Total dos fundos patrimoniais		2 112 895,05 €	2 227 040,33 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		649 675,12 €	727 695,65 €
Subtotal		649 675,12 €	727 695,65 €
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	30 805,32 €	27 709,02 €
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	13.1	67 341,19 €	22 945,49 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.2	104 139,00 €	42 790,08 €
Outras contas a pagar	11.1	16 130,24 €	11 416,92 €
Outros passivos financeiros		- €	- €
Outros		- €	- €
Subtotal		218 415,75 €	104 861,51 €
Total do passivo		868 090,87 €	832 557,16 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 980 985,92 €	3 059 597,49 €

Tabela 4: Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Constância.

Fonte: Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2022.

No balanço (Tabela 4) apresentado neste Relatório de Contas, abordando o total do ativo é visível a existência de um maior “Investimentos Financeiros” por parte da instituição; um aumento nos valores relativos a “Inventários”; um aumento da rubrica “Fundadores/beneficiários/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membro”, favorecendo a situação financeira bem como a liquidez da instituição neste ano. Por outro lado, o Total do ativo, tendo como comparação o ano de 2021, é inferior, sendo facilmente perceptível o porque, na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, o valor no ano 2022, é inferior em um terço, mostrando que a instituição de momento não apresenta recursos financeiros imediatos disponíveis para realizar as suas operações diárias, esta rubrica pode ser útil para perceber de que forma é avaliada a possibilidade da organização cumprir as obrigações financeiras a curto prazo. Porém, o valor obtido nesta rubrica pode ser explicado pelo investimento causado no ano de

2022, bem como o não recebimento até ao momento de quantias significativas (esta foi uma informação disponibilizada no início do relatório atualizado).

Tendo em conta o total do passivo, a instituição apresentou um valor superior ao do ano de 2021, porém nada muito significativo. É de ressaltar a rubrica “Resultado transitado”, que no ano de 2022 foi metade do valor observado no ano de 2021; as rubricas “Fornecedores” e “Estado e outros entes públicos”, também apresentaram valores superiores, mostrando que a curto prazo (1 ano) a instituição vai ter que evidenciar uma maior responsabilidade em pagar às empresas/estado aquilo que se propôs; os “Diferimentos” mostram obrigações a curto prazo que a instituição vai ter que dar resposta quer seja a clientes ou mesmo fornecedores (um caso de exemplo é o do pagamentos adiantados, o valor adiantado é transitado para a conta “Diferimentos”).

A partir da Demonstração de Resultados (Tabela 5), foi possível analisar que a instituição neste ano de 2022, apresentou maior número de “Vendas e serviços prestados”, “Subsídios, doações e legados à exploração” e “Outros gastos e perdas”, que comparando com o aumento das rubricas “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Gastos com pessoal”, conseguimos perceber como possivelmente com a contratação de novos recursos humanos ou mesmo o aumento de postos de trabalho, a instituição, naturalmente, teve maiores encargos, porém esse aumento não foi tão representativo como por exemplo a rubrica “Vendas e serviços prestados”, mostrando que existiu um bom investimento dentro da instituição, possibilitando o aumento do Resultado Líquido do Período (manteve-se negativo, porém houve uma melhoria de aproximadamente 9%).

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	624 956,45 €	578 896,82 €
Subsídios, doações e legados à exploração	10	678 017,81 €	638 231,63 €
ISS, IP - Centros Distritais		655 173,75 €	574 536,61 €
Outros		22 844,06 €	63 695,02 €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-150 289,68 €	-128 962,30 €
Fornecimentos e serviços externos		-225 732,18 €	-231 623,09 €
Gastos com pessoal	13	-1 057 002,82 €	-962 295,88 €
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Provisões específicas (aumentos/reduções)		- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/Reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	10	119 017,94 €	73 227,64 €
Outros gastos e perdas		-9 789,81 €	-836,50 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-28 822,29 €	-33 361,68 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-85 623,15 €	-86 842,32 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-106 445,44 €	-120 204,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	10	32,65 €	31,96 €
Juros e gastos similares suportados		-9 743,76 €	-7 228,11 €
Resultado antes de impostos		-116 156,55 €	-127 400,15 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		-116 156,55 €	-127 400,15 €

Tabela 5: Demonstração de Resultados por Naturezas, Santa Casa da Misericórdia de Constância.

Fonte: Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2022.

2.6.2 Santa Casa da Misericórdia de Alijó

De forma a perceber de uma melhor forma a possível evolução que uma Misericórdia pode ter, analisámos as Contas de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Alijó, onde analisámos os resultados obtidos nos anos de 2019 e 2021, podendo ser estudado, que tipo de alterações advieram de uma situação pandémica (COVID-19). A Santa Casa da Misericórdia de Alijó tem como missão satisfazer as necessidades da população envolvente, proporcionando diversos tipos de serviços indo de encontro às necessidades da população de Alijó, e aldeias próximas (creche, jardim de infância, centro de dia, ERPI, unidade de cuidados continuados integrados, entre outros...).

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 862 932,26	4 988 780,54
Investimentos financeiros	15.1	11 881,50	10 271,94
		4 874 813,76	4 999 052,48
Ativo corrente			
Inventários	8	63 997,85	70 733,18
Créditos a receber	15.3, 15.4	730 835,74	707 377,26
Estado e outros entes públicos	15.10	5 816,04	4 035,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	9 337,50	7 192,50
Diferimentos	15.5	32 764,52	7 294,64
Outros ativos correntes	15.7	0,00	1 001,02
Caixa e depósitos bancários	15.6	274 880,77	250 109,20
		1 117 632,42	1 047 742,83
Total do ativo		5 992 446,18	6 046 795,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	100 000,00	100 000,00
Resultados transitados	15.8	1 841 013,30	1 910 257,63
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.8	529 298,43	598 448,41
		2 470 311,73	2 608 706,04
Resultado líquido do período	16	129 159,98	-69 244,33
Total dos fundos patrimoniais		2 599 471,71	2 539 461,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	2 083 135,49	2 165 603,09
		2 083 135,49	2 165 603,09
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	322 523,47	346 627,84
Estado e outros entes públicos	15.10	65 337,01	53 629,92
Financiamentos obtidos	7	102 537,63	119 841,71
Diferimentos	15.5	234 934,83	354 264,00
Outros passivos correntes	15.11	584 506,04	467 367,04
		1 309 838,98	1 341 730,51
Total do passivo		3 392 974,47	3 507 333,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 992 446,18	6 046 795,31

Tabela 6: Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Alijó.

Fonte: Contas de Gerência 2022.

No balanço (Tabela 6), e tendo em conta o balanço de 2020 (Anexo G), podemos observar à priori que não se verificou grandes alterações nos Ativos e Passivos da misericórdia. Relativamente à rubrica, “Ativo”, pode ser constatado que no ano de 2022 existiu um maior investimento por parte desta Misericórdia, como é o caso do projeto Missão Sorriso – continente.

Já na rubrica “Fundos Patrimoniais e Passivo”, como grande destaque desta análise salientámos o valor da rubrica “Resultado Líquido do Período” que unicamente neste relatório de contas de 2022 foi possível verificar com saldo positivo (valor posteriormente analisado mais detalhadamente aquando da análise da Demonstração de Resultados). Na rubrica do “Passivo” é notável a boa saúde financeira da misericórdia, que ao longo de dois anos conseguiu baixar o valor em aproximadamente 600.000 euros, muito devido à diminuição dos custos com “Fornecedores”, “Financiamentos obtidos” e “Diferimentos”.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	9	2 064 441,31	1 882 725,22
Subsídios, doações e legados à exploração	11, 15.12	2 001 226,74	1 887 368,10
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-729 479,12	-677 857,43
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-823 009,33	-807 396,34
Gastos com o pessoal	13	-2 258 742,26	-2 227 960,08
Aumentos/reduções de justo valor	15.1	-1 067,21	250,64
Outros rendimentos	15.14	141 633,93	125 619,32
Outros gastos	15.15	-60 229,22	-47 014,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		334 774,84	135 735,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-137 325,20	-142 298,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		197 449,64	-6 562,98
Juros e rendimentos similares suportados	15.16	-68 289,66	-62 681,35
Resultados antes de impostos		129 159,98	-69 244,33
Resultado líquido do período		129 159,98	-69 244,33

Tabela 7: Demonstração de Resultados por Naturezas, Santa Casa da Misericórdia de Alijó.

Fonte: Contas de Gerência 2022

A partir da Demonstração de Resultados 2022 (Tabela 7), e tendo como meio de comparação a Demonstração de Resultados de 2020 (Anexo K), foi possível perceber que unicamente nesta última Demonstração de Resultados, foram verificados valores positivos no Resultado Líquido do Período. Neste ano os resultados foram positivos em todos os parâmetros observados, com melhorias nas principais rubricas, excetuando a rubrica “Gastos com o Pessoal”, como foi também constatado na Santa Casa da Misericórdia de Constância.

O resultado obtido pode ser justificado a partir de várias causas, ainda que com uma amostra pequena, como é o caso da existência de um investimento na aquisição de recursos humanos especializados, resultando no aparecimento de ideias e formas de gestão diferentes; na expansão para novas áreas, a partir de uma análise a falhas que existem na região.

2.6.3 Análise/comparação das duas misericórdias

Para além daquilo que foi abordado nos tópicos anteriores, é importante observar outros indicadores que nos possam ser úteis dentro do intuito deste trabalho. Indicadores financeiros, são cruciais para que se possa executar uma análise minuciosa quanto à saúde financeira destas instituições, bem como indicadores de solvabilidade, indicador fundamental a se analisar, indicando uma boa ou má situação financeira.

Analizamos inicialmente o indicador EBITDA (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) em português, Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações. Este é fundamental na análise da capacidade das instituições em avaliar a situação do resultado operacional, o mesmo é um indicador que ajuda a que se meça a capacidade da instituição em gerar excedente, em gerar caixa e, no caso deste estudo, será útil para calcular a sustentabilidade financeira das Misericórdias (Soares, 2012; Leite, 2023). Este é calculado a partir da subtração das Despesas Operacionais ao Lucro Bruto, ou mesmo a partir da soma do Lucro Líquido, com a soma dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (Santos, 2012).

Recorrendo novamente à demonstração de resultados das duas misericórdias analisadas (Tabela 5 e Tabela 7), podemos facilmente perceber que relativamente ao ano de 2022, a Santa Casa da Misericórdia de Alijó apresentou um valor na rubrica EBITDA muito superior ao da Santa Casa de Misericórdia de Constância, apresentando a primeira um valor positivo e bem esclarecedor (334.774,84), enquanto que a segunda apresenta um valor perto do saldo positivo (-20.822,29), contudo, e tendo em conta a natureza deste indicador, o mesmo perante todos os gastos financeiros, impostos, depreciações e outro tipo de obrigações adjacentes, apresenta um valor baixo (após todos os encargos, -116.156,55).

Com a análise deste indicador, foi-nos possível perceber, e tendo por base Adiloğlu & Vuran (2017), que tais resultados, e no caso da Misericórdia de Alijó, que este indicador pode ser bastante útil para os responsáveis perceberem se a mesma está, à priori, a gerar excedente,

a partir do desenvolvimento de todas as suas principais atividades, e por outro lado, compreender se a misericórdia tem os recursos necessários para pagar todas as suas despesas financeiras (neste caso empréstimos financeiros). No caso da Misericórdia de Constância, tudo o que foi dito, pode ser visto como algo que ao longo do tempo pode ser cada vez mais difícil de ser obtido, se a mesma não implementar mudanças organizacionais, indo de encontro aos resultados pretendidos.

Contudo, este indicador apesar de ser importante para análises financeiras, nunca deve ser interpretado sozinho, sendo que o mesmo geralmente, não é uma forma de comparação fidedigna entre negócios diferentes, ou mesmo, analisando anos distintos de uma mesma instituição (Bouwens *et al.*, 2019).

Tendo por base o livro de Vieira (2008), o Fundo de Maneio é responsável por determinar a quantidade de recursos financeiros que uma empresa necessita para cobrir os custos operacionais diários, levando a bom cargo a missão da mesma. É importante ter em conta que o mesmo reflete valores a curto prazo (máximo de 12 meses), daí a sua relevância neste estudo realizado no Terceiro Setor. O mesmo é expresso como o diferencial entre os recursos estáveis da instituição e as aplicações duradouras (Pereiras, 2014; Souza, 2017). É calculado a partir da subtração do passivo corrente ao ativo corrente (Gandolfi, 2008).

Recorrendo ao Anexo I, e tendo por base os dois balanços das Misericórdias, com os seus respetivos dados de 2022, podemos concluir que ambas as Misericórdias em estudo apresentam um Fundo de Maneio negativo, colocando em causa obrigações financeiras a curto prazo.

Analisando a Tabela 6, Balanço da Misericórdia de Alijó, e a Tabela 4, Balanço da Misericórdia de Constância, é perceptível a diferença entre o número de vendas/prestações de serviços das duas misericórdias, apresentando apenas a Misericórdia de Constância, 30% das vendas da Misericórdia de Alijó. Tal facto, pode ser explicado a partir da dimensão das misericórdias, bem como pelo tipo de serviços que as mesmas prestam à comunidade envolvente. A Misericórdia de Alijó presta serviços em diversas áreas, creche, jardim de infância, centro de dia, ERPI, unidade de cuidados continuados integrados, entre outros. Por outro lado, a Misericórdia de Constância apenas conta com lares (2), centro de dia e creche. Contudo, e ainda dentro deste tópico, maiores receitas geralmente então associadas a um maior número

de despesas, quer seja com recursos humanos, quer com logísticos para a execução das atividades.

Em suma, apesar da Misericórdia de Constância apresentar um valor de Fundo de Maneio melhor que a Misericórdia de Alijó, devemos ter em conta a dimensão destas duas instituições. As duas Misericórdias devem monitorizar a sua situação financeira, implementando medidas tendo em vista a redução de custos operacionais; a aquisição de um maior número de doações, a partir de eventos relacionados com as áreas de intervenção; ou mesmo renegociar prazos e taxas com possíveis empréstimos que possam ter contraído, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Alijó (Ferreira, 2021; Ramirez, 2018).

Outro indicador importante quando se estuda uma Instituição, é a quantidade de trabalhadores que a mesma emprega. A 31/12/2022 a Santa Casa da Misericórdia de Alijó, segundo o Relatório de Contas de 2022, contava com 153 funcionários, entre eles 138 com contrato de trabalho, 6 sobre programas do IEFP, 5 pelo protocolo RSI e 4 funcionários do CLDS 4G. Já a Santa Casa da Misericórdia de Constância, e recorrendo à base de dados da ORBIS, contava com 76 funcionários, não se tendo acesso à especificidade de cada um dos trabalhadores.

Com a análise destes dados é-nos possível, novamente, verificar a diferença quanto a abrangência que cada uma destas misericórdias apresenta, sendo que, aproximadamente, a Misericórdia de Alijó apresenta o dobro dos funcionários da Misericórdia de Constância. Tal indicador pode ser explicado por três principais causas: no distrito de Vila Real existe um maior rácio de instituições do Terceiro Setor por cada mil habitantes, ainda que exista um maior número de entidades do Terceiro Setor no distrito de Santarém (Figura 1 e 2); a diversidade e a quantidade de serviços que são disponibilizados à população envolvente em Alijó, como ERPIS, lares, centros de dia, fazem com que sejam assegurados os serviços pretendidos pela população envolvente, colmatando mais facilmente necessidades requeridas pela população; por último, recorrendo ao Anexo J disponibilizado pelo INE, no seu documento referente à estimativa de população residente em Portugal em 2022, pode ser à priori, constatado um aumento do envelhecimento da população desde 2011, sendo que no ano de 2022, comparando população idosa (com 65 ou mais anos) com população jovem (dos 0 aos 14 anos), obteve-se o valor de por cada 100 jovens residentes em Portugal, existem 185,6 idosos.

Este último tópico é importantíssimo, pois foram comparadas faixas etárias diferentes, quase que extremas uma da outra, relevantes nestas Misericórdias. Se a população está cada vez mais envelhecida, Anexo M, isso significa que vai existir uma maior procura de serviços relacionados com lares, ERPI's, centros de dia e unidades de cuidados integrados, do que por serviços prestados por creches. Esta mudança faz com que naturalmente seja necessário existir uma reestruturação em termos logísticos, podendo obrigar a que haja alterações nos espaços como na diversidade de serviços.

É possível que seja viável a criação/reforço de serviços nestas áreas no distrito de Santarém, bem como a expansão de serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Constância, possibilitando uma melhor distribuição dos beneficiários pelas diversas instalações, o que por si só poderá melhorar os serviços prestados aos beneficiários.

2.7 Realidade financeira das IPSSs em Portugal

Pode ser percecionado, a partir do artigo de Mourão & Gonçalves (2019), que no caso das IPSS em Bragança existe uma evidência interessante. A maior parte das instituições apresentadas mostram um valor das receitas superior às despesas, podendo se afirmar que as instituições estão a gerar excedente, conseguindo as mesmas apresentar resultado líquido positivo, e abrindo-as a uma possível oportunidade de expandir os seus horizontes.

Em relação ao EBITDA e aos resultados líquidos, os mesmos apresentaram um resultado positivo, excluindo 17 instituições do universo das IPSS de Bragança. As instituições apresentam capacidade financeira suficiente para financiar as atividades com recursos próprios, apresentando uma base sólida (autonomia financeira alta). Existe uma taxa de endividamento baixa, sendo este um ponto bastante positivo, visto que mostra que as instituições apresentam um valor em dívida baixo em relação aos seus próprios recursos. Os dois últimos tópicos, que interpretámos como fulcrais nestas instituições, são o caso da existência de um grande investidor, neste caso público, que se trata do Estado, distribuindo verbas sociais importantes tendo em conta problemas sociais existentes na região de Bragança (o aumento em 4% ao ano, relativo a despesas com pessoal, comprova a necessidade de recursos humana para mitigar as necessidades da população). O outro tópico refere-se aos ativos correntes, que os mesmos sendo superiores aos passivos correntes, fazem com que as instituições apresentem recursos a curto prazo suficientes para colmatar todas as

obrigações e possíveis dívidas a curto prazo.

Analisando o estudo de Alves (2022), podem ser retiradas algumas conclusões em relação à IPSS estudada (Associação de Jardins-Escolas João de Deus (AJEJD)). Durante nove anos estudados, foram analisados os resultados líquidos com a presença e sem a presença de subsídios, doações e legados, provenientes do Ministério do Trabalho, da Segurança Social e de outras Entidades do Setor Privado. O autor conseguiu concluir que os mesmos têm um impacto significativo nos resultados em todos os anos em análise, sendo que sem os mesmos a IPSS apresentaria resultado negativo em todos os anos estudados. No caso da AJEJD, pode ser verificado que a mesma apresenta financiamento por capital alheio a curto prazo (financiamento proveniente de terceiros) e uma estrutura de capital conservadora tendo como meio de comparação o Setor Nacional. O rácio de Rotação do Ativo, surge com valores inferiores ao Setor Nacional, situação explicada pelo número de Jardins-Escolas associados à AJEJD, mostrando o seu grande investimento em ativos fixos tangíveis. Relativamente à análise de rendibilidade, são apresentados resultados negativos em quase todos os anos estudados, situação explicada segundo o estudo realizado pelo autor, pela diminuição dos rácios de subsídios, doações, legados e outros rendimentos e ganhos, e pelo aumento das rubricas de Gastos com o Pessoal e Fornecimento e Serviços Externos. O autor termina o seu estudo executando uma comparação dos rácios e dos indicadores, tendo em conta empresas portuguesas e empresas internacionais.

Na dissertação de Neves (2014), o mesmo analisa no seu estudo de caso o exemplo de três IPSS do concelho de Águeda, o “Centro Social e Cultural Nossa Senhora Ó D’ Aguim”, “Os Pioneiros” e uma terceira instituição (instituição X), que segundo o autor, pretendeu não se identificar, mantendo-se em anonimato. O autor realizou uma análise financeira, tendo por base os relatórios de contas das instituições, onde teve em conta:

- o método dos Fluxos de Caixa Atualizados, sendo que o mesmo ajuda a determinar se um projeto de investimento é viável ou não;
- o *Economic Value Added* (EVA), que é utilizado para determinar o desempenho económico de uma empresa;
- o *Market Value Added* (MVA), que representa o valor atual dos EVA´s anuais;

- e por último o *Cash Value Added* (CVA), que é um modelo que categoriza os investimentos em dois tipos: investimentos estratégicos e não estratégicos.

Foi possível concluir com o estudo realizado pelo autor que, tal como nos artigos anteriores, as três instituições estudadas apresentam uma alta dependência do Estado para manter a sua instituição em funcionamento, seria bem visto as mesmas engendrarem formas de contrariar esta situação, desenvolvendo meios de angariação de novos financiadores. No caso da instituição Centro Social e Cultural Nossa Senhora Ó D' Aguim, pôde ser constatado que a mesma não tem executado uma gestão eficiente, sendo que o resultado operacional verificado na Projeção de Resultados elaborada pelo autor mostra uma certa irregularidade nesses resultados.

No caso da instituição X, podemos verificar que a mesma apesar de ter “assumido um crescimento positivo e favorável em todos os anos a IPSS “X” continua a evidenciar valores atuais de EVA negativos para cada um dos anos em análise, mostrando que seria necessário assumir pressupostos mais fortes de crescimento dos resultados operacionais para conseguir inverter a tendência de resultados negativos na mesma” (Neves, 2014:62).

No caso da instituição Os Pioneiro, esta segundo Neves (2014), mostra ser a mais bem preparada para o futuro, mostrando ser a mais atrativa para possíveis financiamentos, sendo, por este e outros fatores a mais sustentável financeiramente.

É importante salientar, que qualquer alteração nos pressupostos utilizados resultaria numa alteração considerável nos resultados obtidos pelo autor, isso mostra o quão volátil e instável as instituições estudadas podem ser.

Após se perceber melhor a importância do Setor não Lucrativo para a sociedade, bem como a sua relevância/ascensão ao longo dos tempos, é necessário que seja feito um estudo que possa comprovar a sustentabilidade destas instituições. Foi possível perceber no presente tópico, que a sua sustentabilidade se mantém tendo por base apoios provenientes do estado e a partir de boas manobras de gestão, utilizadas para captar recursos, quer os mesmo sejam humanos ou tangíveis, uteis para o bom funcionamento destas instituições.

Complementando os estudos de caso, o seguinte capítulo irá conter um estudo empírico, onde a base do mesmo serão as Misericórdias. Quais são os indicadores que melhor podem retratar a boa gestão financeira, em específico, destas organizações? Quais os indicadores que mais fazem sentido serem estudados nesta grande Setor não Lucrativo? O meio onde estas instituições se inserem influencia a atividade das mesmas? Estas são algumas das perguntas que pretendemos responder, durante e após a análise empírica de seguida.

3. Estudo Empírico

Neste capítulo, investiga-se a sustentabilidade da gestão financeira do setor das Misericórdias portuguesas, analisando variáveis centrais, como o Rácio de Solvabilidade e o Excedente Social, que descrevem diferentes condições de sustentabilidade financeira das organizações. Para o efeito, examina-se o seu comportamento e as relações dessas variáveis com outras determinantes da eficiência e estabilidade económica destas instituições.

O capítulo está organizado nas seguintes secções. Na primeira, apresenta-se a metodologia, que abrange o enquadramento das unidades de análise no contexto das Misericórdias e os modelos de análise. Neste segundo subtópico, incluem-se as variáveis em estudo, tanto explicadas como explicativas, os dados utilizados na investigação, nomeadamente a amostra selecionada, e, por último, os modelos econométricos, com destaque para a sua especificação e seleção. Na segunda secção, expõem-se e analisam-se os resultados obtidos, destacando os principais fatores que influenciam a gestão financeira e a sustentabilidade das Misericórdias.

3.1 Metodologia

Esta secção debruça-se sobre a exposição dos processos e métodos utilizados na investigação, detalhando o enquadramento das unidades de análise, a seleção e justificação das variáveis em estudo, as fontes de dados, e a abordagem econométrica adotada. Apresentam-se os modelos de análise utilizados para examinar as relações entre as variáveis financeiras das Misericórdias e os fatores que influenciam a sua sustentabilidade. Adicionalmente, descrevem-se os critérios utilizados para a escolha das especificações econométricas, bem como os testes aplicados para garantir a robustez dos resultados.

3.1.1 Enquadramento das unidades de análise no contexto do estudo

As Misericórdias, enquanto instituições de natureza religiosa e social, atuam nas áreas da caridade e do apoio aos mais necessitados, desempenhando um papel essencial no auxílio a grupos sociodemográficos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência (Furtado, 2021). A sua relevância social justifica a necessidade de estudos sobre a sua sustentabilidade financeira, uma vez que a continuidade das suas atividades e a preservação da sua missão dependem da capacidade de equilibrar receitas e despesas.

A gestão financeira eficiente é, assim, um aspeto crucial, dado que estas instituições recorrem a uma combinação de receitas próprias, donativos e apoios públicos para assegurar a sua longevidade (Gonçalves, 2017). Neste contexto, o presente estudo investiga a gestão financeira das Misericórdias, analisando-as enquanto unidades de observação e explorando os fatores que influenciam a sua viabilidade económica.

3.1.2 Modelos de Análise

Nesta secção, apresentam-se as variáveis explicadas utilizadas no estudo, com especial enfoque no Excedente Social e no Rácio de Solvabilidade. Estes indicadores financeiros são essenciais para avaliar a sustentabilidade das Misericórdias, refletindo, respetivamente, a capacidade de gerar excedentes para reinvestimento nas atividades filantrópicas e a solidez financeira a médio e longo prazo. Além disso, identificamos as principais variáveis explicativas que influenciam o desempenho financeiro destas instituições, abrangendo fatores financeiros, demográficos e económicos, tais como o Total do Ativo, o Número de Colaboradores, o Total da População Residente, os Índices de Dependência dos Jovens e dos Idosos e o Poder de Compra per Capita. Esta abordagem integrada permite compreender como o contexto socioeconómico e as características organizacionais afetam a gestão e a sustentabilidade das Misericórdias.

A análise baseia-se em dados recolhidos de fontes institucionais e estatísticas relevantes e recorre a modelos econométricos aplicados a dados em painel. Estes modelos permitem captar a heterogeneidade entre as instituições e avaliar os efeitos ao longo do tempo, garantindo uma estimativa robusta dos fatores que determinam a sua sustentabilidade financeira.

3.1.2.1 Variáveis Explicadas

Uma análise completa da gestão financeira das Misericórdias exige a utilização de informação relativa às variáveis financeiras do seu desempenho, em simultâneo com as que descrevem as estruturas e dinâmicas dos contextos em que exercem a sua missão. O acesso a estes diferentes domínios permite uma avaliação mais abrangente das condições que influenciam a sustentabilidade destas instituições.

As variáveis explicadas deste estudo são o Excedente Social e o Rácio de Solvabilidade, dois dos indicadores financeiros centrais na análise financeira de organizações sem fins lucrativos. O Excedente Social reflete a capacidade da organização em gerar recursos além das suas necessidades operacionais, contribuindo para a sua sustentabilidade. Além disso, o Excedente Social indica os resultados positivos que as instituições sem fins lucrativos conseguem obter ao longo do ano. Ao contrário das entidades com fins lucrativos, onde pelo menos parte dos lucros é distribuída entre acionistas, nas instituições sem fins lucrativos esses excedentes são reinvestidos nas próprias atividades filantrópicas. Conforme afirmado por Santos (2012) e Mourão & Gonçalves (2018), o excedente social é essencial para assegurar a continuidade dos serviços prestados pelas Misericórdias.

Por sua vez, o Rácio de Solvabilidade mede a capacidade da entidade para cumprir as suas obrigações financeiras a médio e longo prazo. Este indicador é frequentemente associado ao rácio de endividamento ou à relação entre o capital próprio e o capital alheio, conforme argumentado por Ferreira (2018) e Catanha (2016).

As fórmulas de cálculo de ambos os indicadores estão expostas na Tabela 8.

Indicador	Unidade	Fórmula de Cálculo
Excedente Social	Milhões de Euros	$\text{Receitas Totais} - \text{Despesas Totais}$
Rácio de Solvabilidade	Rácio	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Alheio}}$

Tabela 8: Variáveis explicadas e respetivas fórmulas.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

3.1.2.2 Variáveis Explicativas

Entre as principais variáveis selecionadas, encontra-se o Total do Ativo, uma variável financeira essencial para avaliar a sustentabilidade da gestão financeira. A gestão eficaz dos ativos circulantes e não circulantes é vital para assegurar a prestação contínua de serviços às comunidades, muitas vezes constituídas por populações vulneráveis, e para garantir que as instituições possam cumprir as suas obrigações. Um adequado controlo dos ativos permite que as Misericórdias maximizem o impacto social do seu trabalho, otimizando os recursos disponíveis.

Outra variável importante é o Número de Colaboradores, que reflete diretamente a capacidade da instituição de expandir ou retrain as suas atividades (Pinto, 2019; Lopes & Leal, 2017). O aumento ou diminuição do número de colaboradores pode estar relacionado com a resposta das Misericórdias às necessidades crescentes ou à sua capacidade financeira para sustentar os seus serviços. Num contexto de apoio a populações desfavorecidas, o número de colaboradores é um indicador fundamental da capacidade organizacional para lidar com a crescente procura por serviços sociais (Zabolotnic, 2022).

O Total da População Residente é uma variável demográfica que procura compreender se a dimensão populacional de uma região está associada à situação financeira da Misericórdia local. Em regiões mais populosas, pode haver um aumento da procura pelos serviços da Misericórdia, refletindo-se em melhores resultados financeiros. No entanto, quando se trata de populações vulneráveis, como é muitas vezes o caso, uma maior população pode também significar maior pressão sobre os recursos da instituição. As Misericórdias, ao prestar apoio a indivíduos em situação de fragilidade social e económica, podem enfrentar desafios acrescidos, comprometendo a sua sustentabilidade financeira se a procura pelos seus serviços ultrapassar a sua capacidade de resposta.

Os Índices de Dependência, tanto de Jovens como de Idosos, são também variáveis chave. O índice de dependência dos jovens mede a proporção de indivíduos com menos de 14 anos em relação à população ativa, enquanto o índice de dependência dos idosos reflete a proporção de pessoas com mais de 65 anos. Estes índices são críticos para compreender a pressão demográfica sobre as Misericórdias, que muitas vezes servem estes grupos etários com particular atenção. As instituições enfrentam um desafio duplo: apoiar os jovens,

frequentemente através de serviços de educação e apoio social, e cuidar dos idosos, que representam uma fatia significativa dos utentes e cujas necessidades requerem recursos intensivos.

Por fim, o Poder de compra per capita é uma variável económica que afeta diretamente a capacidade dos utentes de usufruir dos serviços das Misericórdias. Mesmo quando os serviços são subsidiados, o nível de Poder de compra per capita da comunidade influencia a capacidade de contribuição para os serviços, o que por sua vez influencia a sustentabilidade financeira das instituições. Em regiões com rendimentos per capita mais baixos, as Misericórdias enfrentam maiores desafios para manter o equilíbrio entre as suas receitas e despesas, dada a limitação na capacidade contributiva dos seus utentes.

As fórmulas de cálculo de ambos os indicadores são apresentadas na Tabela 9:

Indicador	Unidade	Fórmula de Cálculo
Total do Ativo	Milhões de Euros	N/A
Número de Colaboradores	Unidades	N/A
Total da População Residente	Unidades	N/A
Índice de dependência dos jovens	%	$\frac{\text{Número de Crianças}}{\text{População Ativa}}$
Índice de dependência dos idosos	%	$\frac{\text{Número de Idosos}}{\text{População Ativa}}$
Poder de compra per capita	%	N/A

Tabela 9: Variáveis explicativas e respetivas fórmulas.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

3.1.2.3 Amostra

A fonte de dados financeiros e operacionais (Rácio de Solvabilidade, Excedente Social, Total do Ativo e Número de Colaboradores) foi a Orbis, uma base de dados global que fornece informações financeiras e organizacionais detalhadas sobre empresas e outras entidades em todo o mundo. Já os dados demográficos (Total da População Residente, Índice de Dependência dos Jovens e Índice de Dependência dos Idosos) e económicos (Poder de Compra per Capita) foram obtidos do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da PORDATA, respetivamente.

No que respeita à disponibilidade de dados, a maior dificuldade prendeu-se com a obtenção de registos completos de dados financeiros das Misericórdias, uma vez que havia muitos valores em falta (missing values). Inicialmente, pretendia-se uma amostra com uma maior cobertura temporal. Contudo, a existência de lacunas significativas em diversos períodos e o objetivo de manter um painel de dados equilibrado levou à construção de um painel de secção transversal. Este tipo de painel caracteriza-se pela relação entre poucos períodos temporais e muitas unidades de observação, focando-se mais na variação entre as organizações do que ao longo do tempo.

A amostra final integrou 328 observações, correspondentes a 82 Misericórdias, recolhidas ao longo de um período de 4 anos, entre 2019 e 2022. Os indicadores recolhidos foram os seguintes:

- Rácio de Solvabilidade (Orbis);
- Excedente Social (Orbis);
- Total do Ativo (Orbis);
- Número de Colaboradores (Orbis);
- Total da População Residente (INE);
- Índice de Dependência dos Jovens (0 – 14 anos) (INE);
- Índice de Dependência dos Idosos (+ 65 anos) (INE);
- Poder de Compra per Capita (PORTDATA).

As variáveis recolhidas na Orbis foram ao nível da Misericórdia e as obtidas do INE e PORDATA, do Município de localização da Misericórdia. A escolha de recolher as variáveis da Orbis ao nível da Misericórdia e as variáveis do INE e da PORDATA ao nível do Município pode ser explicada pela necessidade de capturar tanto as características específicas de cada instituição como o contexto socioeconómico e demográfico da área onde essas instituições operam. A combinação dessas duas dimensões permite uma análise mais completa e contextualizada do desempenho e da sustentabilidade das Misericórdias.

As variáveis financeiras e operacionais recolhidas da Orbis (Rácio de Solvabilidade, Excedente Social, Total do Ativo, Número de Colaboradores) são específicas de cada Misericórdia e permitem analisar diretamente o seu desempenho económico e capacidade de gestão. Estas variáveis são fundamentais para entender como cada instituição gere os seus recursos, cumpre as suas obrigações financeiras e mantém a sua operação.

Por outro lado, as variáveis demográficas e económicas obtidas do INE e da PORDATA, como o Total da População Residente, Índice de Dependência e Poder de Compra per Capita, refletem o contexto socioeconómico do município onde a Misericórdia está localizada. Este contexto é essencial porque as condições demográficas e económicas da região influenciam diretamente a procura pelos serviços das Misericórdias, bem como os recursos disponíveis na comunidade para apoiar essas instituições. Por exemplo, um município com uma população envelhecida e um alto índice de dependência dos idosos pode pressionar mais a Misericórdia local, que precisará de mais recursos para atender a uma maior procura de serviços de apoio a idosos. Da mesma forma, o poder de compra per capita da população de um município afeta a capacidade financeira dos utentes e, consequentemente, a receita da Misericórdia proveniente de doações ou pagamentos pelos serviços prestados.

Ao combinar os dados financeiros e operacionais ao nível da instituição com os dados demográficos e económicos ao nível do município, consegue-se uma visão integrada que permite não apenas avaliar a saúde financeira de cada Misericórdia, mas também compreender como o seu desempenho pode ser afetado pelas condições externas, como a composição demográfica e o poder de compra da população que serve. Essa opção metodológica ajuda a captar a inter-relação entre o contexto local e a gestão das Misericórdias, permitindo que a análise seja mais abrangente e forneça insights mais precisos

sobre os desafios e oportunidades enfrentados por cada instituição, considerando as especificidades da região onde está inserida.

3.1.2.4 Modelo Econométrico

I. Especificação

Optou-se por estimar duas estruturas de regressão linear múltipla, designadamente:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 At_{it} + \beta_2 C_{it} + \beta_3 Pt_{it} + \beta_4 Ij_{it} + \beta_5 Ii_{it} + \beta_6 PC_{it} \quad (1)$$

Estrutura de Regressão Linear 1: Indicadores não Logaritmizados

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 \log(At_{it}) + \beta_2 \log(C_{it}) + \beta_3 \log(Pt_{it}) + \beta_4 Ij_{it} + \beta_5 Ii_{it} + \beta_6 PC_{it} \quad (2)$$

Estrutura de Regressão Linear 2: Indicadores Logaritmizados

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

onde:

- y_{it} , representa a variável explicada, que no caso do estudo corresponde ao Excedente Social e ao Rácio de Solvabilidade da Misericórdia i no ano t ;
- At_{it} , designa o Total do Ativo da Misericórdia i no ano t ;
- $\log(At_{it})$, é o logaritmo do Total do Ativo da Misericórdia i no ano t ;
- C_{it} , indica o Número de Colaboradores da Misericórdia i no ano t ;
- $\log(C_{it})$, é o logaritmo do Número de Colaboradores da Misericórdia i no ano t ;
- Pt_{it} , corresponde à População Total residente no município da Misericórdia i no ano t ;
- $\log(Pt_{it})$, corresponde ao logaritmo da População Total residente no município da Misericórdia i no ano t ;
- Ij_{it} , refere-se ao Índice de Dependência dos Jovens no município da Misericórdia i no ano t ;
- Ii_{it} , diz respeito ao Índice de Dependência dos Idosos no município da Misericórdia i no ano t ;
- PC_{it} , é o Poder de Compra per Capita auferido no município da Misericórdia i no ano t ;

com $i = 1, \dots, 82$ misericórdias e $t = 2019, \dots, 2022$.

A logaritmização de algumas variáveis do modelo, para utilização como variáveis explicativas na versão (2), teve como objetivo introduzir mais uma possibilidade no processo de seleção da regressão que melhor explica o Excedente Social e o Rácio de Solvabilidade, num contexto de escassez relativa de dados. Quanto mais opções tivermos, mais robusta será a análise, permitindo identificar a forma de relacionamento que melhor se adequa aos dados e garantindo que o modelo escolhido oferece uma explicação mais precisa e ajustada às características da amostra disponível.

Dependendo do tipo de variável, nomeadamente no que diz respeito aos seus comportamentos na amostra, pode ser vantajoso utilizar o seu logaritmo em vez do nível. Isto porque, em muitos casos, a relação entre a variável explicativa e a variável dependente pode ser melhor captada em termos proporcionais ou de crescimento percentual, sobretudo quando a variável apresenta grande variabilidade ou distribuição assimétrica. A transformação logarítmica pode ajudar a linearizar relações não lineares, estabilizar a variância e melhorar a qualidade dos resultados da regressão.

Variáveis como o Total do Ativo, o Número de Colaboradores e a População Total podem variar em ordens de grandeza muito diferentes. O uso do logaritmo permite reduzir essas diferenças de escala, tornando-as mais comparáveis entre si e facilitando a interpretação dos resultados do modelo, uma vez que valores muito díspares não dominam a análise. Além disso, a logaritmização captura o impacto proporcional de uma variável explicativa. Por exemplo, em vez de analisar o efeito de um aumento absoluto no Total do Ativo, podemos observar o efeito de uma variação percentual nessa variável sobre a variável dependente. Isto é particularmente útil em situações em que as variáveis são melhor compreendidas em termos variações percentuais, em vez de valores absolutos, como salientam Stock e Watson (2019). Outra vantagem de logaritmizar as variáveis é a atenuação de não linearidades. Em muitos contextos económicos e sociais, as relações entre as variáveis não são lineares. Aplicar o logaritmo às variáveis explicativas pode ajudar a linearizar estas relações, o que melhora a adequação do modelo de regressão linear e permite captar com maior precisão a relação entre as variáveis explicativas e a variável dependente (Wooldridge, 2016).

Neste contexto, a vantagem de ensaiar as duas possibilidades, ou seja, estimar um modelo com as variáveis em nível (não logaritmizadas) e outro com algumas variáveis logaritmizadas,

reside na possibilidade de comparar dois tipos de relacionamento e optar pelo que oferece melhor ajustamento ou uma interpretação mais clara, dependendo das características específicas dos dados e do contexto da análise.

II. Seleção e Estimação dos Modelos

Os testes e indicadores de escolha de modelos econométricos desempenham um papel fundamental para avaliar a adequação de diferentes especificações de regressão e para garantir a validade dos resultados. Abaixo, explicam-se os principais testes e critérios utilizados para tomar decisões sobre a seleção dos modelos centrais do estudo.

Mediu-se o grau de multicolinearidade entre as variáveis explicativas, utilizando o Fator de Inflação da Variância (VIF). Um VIF elevado (geralmente acima de 5 ou 10) indica que uma variável está altamente correlacionada com outras variáveis explicativas, o que pode distorcer os coeficientes estimados e reduzir a precisão do modelo.

A Tabela 10 apresenta os resultados obtidos para as variáveis explicativas, todos, consistentemente, abaixo de 5, justificando a conclusão de que, no contexto das variáveis explicativas do estudo, multicolinearidade não é um problema.

Regressão (1)		Regressão (2)	
Variáveis explicativas	VIF	Variáveis explicativas	VIF
<i>At_{it}</i>	4.69	<i>log(At)</i>	3.13
<i>C_{it}</i>	4.53	<i>log(C)</i>	3.02
<i>Pt_{it}</i>	2.52	<i>log(Pt)</i>	2.19
<i>Ij</i>	2.27	<i>Ij</i>	2.04
<i>Ii</i>	1.52	<i>Ii</i>	1.60
<i>PC</i>	1.48	<i>PC</i>	1.52
Mean VIF	2.84	Mean VIF	2.25

Tabela 10: Fator de Inflação da Variância (VIF) nos Modelos com Variáveis em Nível e Logaritmizadas.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

No que respeita à heterocedasticidade, utilizaram-se matrizes de variância-covariância robustas em todos os casos para garantir a correção dos erros-padrão e a validade da

inferência estatística. Estas matrizes permitem que os valores-p, intervalos de confiança e testes de hipóteses sobre os coeficientes estimados sejam robustos, mesmo na presença de heterocedasticidade, assegurando assim que as conclusões sobre a significância das variáveis explicativas não sejam enviesadas pela variação não constante dos resíduos. Deste modo, garante-se que a avaliação do modelo permanece estatisticamente confiável, independentemente de qualquer violação da suposição de homocedasticidade.

Após garantida a inexistência de multicolinearidade e heterocedasticidade, foram realizadas doze regressões, distribuídas em dois grupos de seis: seis para a variável dependente Excedente Social e outras seis para o Rácio de Solvabilidade, correspondendo às especificações (1) e (2), estimadas pelos estimadores Pooled OLS, Efeitos Fixos (FE) e Efeitos Aleatórios (RE). Sabe-se que, para cada modelo, apenas um dos estimadores produz estimativas eficientes. A eficiência das estimativas depende de utilizar o estimador correspondente ao modelo correto.

De acordo com a Tabela 11, quando o modelo correto é o Pooled OLS, o estimador Pooled OLS será eficiente, enquanto os estimadores de efeitos fixos (FE) e efeitos aleatórios (RE) serão consistentes, mas não eficientes. Por outro lado, se o modelo correto for o de efeitos fixos (FE), o estimador FE será o único eficiente, sendo o estimador Pooled OLS inconsistente e o RE apenas consistente. Quando o modelo correto é de efeitos aleatórios (RE), o estimador RE será o mais eficiente, com o Pooled OLS sendo consistente, mas o FE inconsistente.

Modelo correto	Pooled OLS (PO)	Fixed Effects (FE)	Random Effects (RE)
Pooled OLS	Eficiente	Inconsistente	Consistente
Fixed Effects	Consistente	Eficiente	Consistente
Random Effects	Consistente	Inconsistente	Eficiente

Tabela 11: Propriedades amostrais dos estimadores Pooled OLS, Fixed Effects e Random Effects.

Fonte: Santos (2023).

A seleção dos modelos a serem analisados foi realizada em duas fases. Na primeira fase, para cada variável dependente, escolheu-se, dentro de cada especificação, o modelo adequado: Pooled OLS (PO), Efeitos Fixos (FE) ou Efeitos Aleatórios (RE). Na segunda fase, escolheu-se

entre as especificações com todas as variáveis explicativas na forma original (1) e com algumas variáveis logaritmizadas (2). Assim, na primeira fase, utilizou-se o teste de Hausman e, caso o modelo de RE fosse selecionado pela não rejeição da hipótese nula, aplicou-se o teste de Breusch-Pagan Lagrange Multiplier (BPLM). Finalmente, quando restava apenas uma regressão para cada especificação, a escolha entre (1) e (2) foi feita com base nos critérios de informação AIC e BIC, assim como no número de variáveis com significância individual.

Os resultados deste processo exibem-se na Tabela 12.

Teste	Indicadores	Excedente social		Rácio de Solvabilidade	
		(1)	(2)	(1)	(2)
Teste de Hausman	Estatística-teste	52.47	6.57	22.41	49.40
	p-value	0.000	0.362	0.001	0.000
Teste de Breusch-Pagan Lagrange Multiplier	Estatística-teste		2.62		
	p-value		0.105		
Critérios de Informação	AIC	543.84	294.93	1853.97	1880.52
	BIC	570.39	321.48	1798.0	1824.62
Significância individual	N.º de variáveis (em 6)	2	5	4	3

Tabela 12: Análise Comparativa de Modelos para Excedente Social e Rácio de Solvabilidade

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

A Tabela 12 faz uma análise comparativa entre dois modelos para as variáveis Excedente Social e Rácio de Solvabilidade, utilizando os resultados de diferentes testes estatísticos, como o Teste de Hausman, o Teste de Breusch-Pagan Lagrange Multiplier (BPLM) e os critérios de informação AIC e BIC. Estes elementos são cruciais para identificar o modelo mais adequado para cada variável, considerando tanto o ajustamento aos dados como a simplicidade do modelo.

Para o Excedente Social, a especificação (1) no Teste de Hausman apresenta uma estatística de 52.47 com um p-value de 0.000, o que indica que o modelo de efeitos fixos (FE) é preferível ao modelo de efeitos aleatórios (RE). Na especificação (2), o p-value de 0.362 sugere que o modelo de efeitos aleatórios (RE) é apropriado, pois não rejeitamos a hipótese nula. Além disso, o Teste BPLM, aplicado apenas à especificação (2), apresenta uma estatística de 2.62

com um p-value de 0.105, indicando que o Pooled OLS é suficiente para esta especificação, não sendo necessário o uso do modelo de efeitos aleatórios (RE). Os critérios de informação AIC e BIC reforçam a escolha da especificação (2), uma vez que apresenta valores significativamente mais baixos de AIC (294.93) e BIC (321.48) do que a especificação (1) (AIC de 543.84 e BIC de 570.39), sugerindo um melhor equilíbrio entre o ajustamento e a simplicidade do modelo. Além disso, a especificação (2) conta com 5 variáveis explicativas significativas em 6, o que também a favorece em termos de significância individual.

No que diz respeito ao Rácio de Solvabilidade, tanto a especificação (1) quanto a especificação (2) apresentam p-values inferiores a 0.05 no Teste de Hausman (0.001 e 0.000, respetivamente), o que indica que o modelo de efeitos fixos (FE) é o mais adequado para ambas as especificações. Ao comparar os critérios de informação, conclui-se que o AIC e o BIC têm valores mais baixos para a especificação (1). Além disso, a especificação (1) tem 4 variáveis explicativas significativas, em comparação com as 3 da especificação (2), o que a torna mais robusta em termos de significância individual.

Para o Excedente Social, a especificação (2) é a mais adequada, com o Pooled OLS como modelo escolhido, sendo suportada pelos critérios de informação e pelo maior número de variáveis explicativas significativas. Para o Rácio de Solvabilidade, a especificação (1) é preferível, utilizando o modelo de efeitos fixos (FE), com base nos critérios de informação e no maior número de variáveis com significância individual.

3.2 Análise e Discussão de Resultados

3.2.1 Análise descritiva

As estatísticas descritivas para dados em painel oferecem uma visão mais completa do comportamento dos indicadores nas amostras, uma vez que incluem a variação dos indicadores tanto entre as diferentes unidades observadas (between) como ao longo do tempo, no contexto de cada unidade (within). Além das estatísticas convencionais (overall), a análise em painel permite identificar as diferenças entre as unidades (between), captando a heterogeneidade entre elas, e as variações temporais (within), que revelam mudanças ao longo dos anos. Esta abordagem é uma mais-valia na compreensão da estrutura dos dados, pois permite distinguir com clareza onde ocorrem as maiores variabilidades e de que forma esses padrões influenciam as conclusões sobre a saúde financeira e operacional das instituições em análise.

A Tabela 13 apresenta as estatísticas descritivas relativas às variáveis do estudo.

Variáveis		Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Rácio de Solvabilidade	overall	73,958	18,469	15,584	97,148
	between		18,057	18,756	95,327
	within		4,246	55,756	87,521
Excedente Social	overall	-0,048	0,624	-6,510	2,272
	between		0,589	-4,767	1,553
	within		0,215	-1,792	1,230
Total dos Ativos	overall	10,169	30,580	0,309	300,519
	between		30,682	0,409	280,568
	within		1,553	-7,242	30,120
Log (Total dos Ativos)	overall	1,678	0,916	-1,175	5,706
	between		0,918	-0,907	5,636
	within		0,067	1,410	2,092

Número de Colaboradores	overall	155	168,556	24,000	1450,000
	between		168,100	27,000	1396,750
	within		20,318	-5,021	231,229
Log (Número de Colaboradores)	overall	4,763	0,697	3,178	7,279
	between		0,688	3,294	7,240
	within		0,129	3,163	5,433
Total da População Residente	overall	33,767	39,798	2,687	238,298
	between		39,980	2,704	235,961
	within		0,401	31,773	36,104
Log (Total da População Residente)	overall	2,989	1,043	0,988	5,474
	between		1,048	0,995	5,464
	within		0,011	2,955	3,030
Índice de dependência dos jovens (0-14)	overall	0,213	0,092	0,066	0,868
	between		0,093	0,069	0,845
	within		0,005	0,176	0,261
Índice de dependência dos idosos (+65)	overall	0,504	0,405	0,144	3,343
	between		0,406	0,151	3,046
	within		0,032	0,150	0,800
Poder de Compra per Capita	overall	84,9	16,752	59,400	154,000
	between		16,661	62,925	149,200
	within		2,367	73,920	95,820

Tabela 13: Estatística descritiva das variáveis em estudo.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Onde, N=328; n= 82; T=4

As estatísticas descritivas revelam padrões distintos de variação tanto entre as Misericórdias (between) como ao longo do tempo (within).

O Rácio de Solvabilidade apresenta uma média de 73,96% e um desvio-padrão overall de 18,47 pontos percentuais. A variação entre instituições é considerável, com um desvio-padrão de 18,06 pontos percentuais, enquanto a variação ao longo do tempo dentro de cada instituição é mais reduzida, com um desvio-padrão de 4,25 pontos percentuais. Este padrão indica que algumas Misericórdias estão financeiramente mais vulneráveis que outras, o que pode comprometer a capacidade de cumprir com as suas obrigações a médio e longo prazo.

O Excedente Social apresenta uma média de -0,048 milhões de euros e um desvio-padrão overall de 0,624 milhões de euros, sendo que a maior parte da variação ocorre entre instituições (0,589 milhões de euros), com uma menor variação temporal dentro de cada instituição (0,215 milhões de euros). Este resultado sugere que, em média, as Misericórdias operam com défices, o que pode ameaçar a sustentabilidade das suas operações, embora algumas consigam gerar excedentes.

O Total dos Ativos regista uma média de 10,169 milhões de euros, com um desvio-padrão overall de 30,580 milhões de euros, mostrando uma significativa disparidade entre as instituições (30,682 milhões de euros), mas com uma variação temporal mais contida (1,553 milhões de euros). Esta diferença é suavizada quando transformada em logaritmo, com o Log do Total dos Ativos a ter uma média de 1,678 e um desvio-padrão overall de 0,916, com a variação entre instituições a permanecer mais elevada (0,918) do que a variação dentro de cada instituição ao longo do tempo (0,067). A grande disparidade nos ativos revela uma concentração de recursos em poucas Misericórdias, enquanto outras têm recursos limitados, comprometendo a sua capacidade de investimento.

O Número de Colaboradores apresenta uma média de 155 colaboradores e um desvio-padrão overall de 169¹ colaboradores, com a maior parte da variação a ocorrer entre instituições (168 colaboradores), enquanto a variação temporal dentro das instituições é menor (20 colaboradores). Quando transformado em logaritmo, o Log do Número de Colaboradores tem uma média de 4,763 e um desvio-padrão overall de 0,697, com a variação entre as Misericórdias (0,688) a ser superior à variação temporal (0,129). Esta discrepância no número de colaboradores pode refletir desigualdade na capacidade de prestação de serviços, com

¹ Nesta variável, está-se a utilizar os dados arredondados à unidade: 1 pessoa.

algumas Misericórdias a operar com equipas significativamente maiores.

O Total da População Residente dos municípios onde as Misericórdias operam apresenta uma média de 33.767 habitantes e um desvio-padrão overall de 39.798 habitantes, com a variação entre municípios (39.980 habitantes) a ser substancialmente maior do que a variação temporal (0,401 habitantes). O Log do Total da População Residente revela uma média de 2,989 e um desvio-padrão overall de 1,043, com uma variação maior entre municípios (1,048) e praticamente estável ao longo do tempo (0,011). A localização em municípios mais populosos pode proporcionar maiores oportunidades de financiamento e doações, mas também exige uma capacidade maior para atender a uma população maior e possivelmente mais carente.

O Índice de Dependência dos Jovens (0-14 anos) apresenta uma média de 0,213 e um desvio-padrão overall de 0,092, com a variação entre municípios a ser de 0,093 e a variação temporal muito reduzida (0,005). O Índice de Dependência dos Idosos (+65 anos) tem uma média de 0,504 e um desvio-padrão overall de 0,405, com uma variação maior entre municípios (0,406) e menor ao longo do tempo (0,032). A prevalência de idosos implica uma maior procura por serviços intensivos em cuidados, o que pode sobrecarregar as Misericórdias que estão localizadas em regiões com populações envelhecidas.

Por fim, o Poder de Compra Per Capita apresenta uma média de 84,9 (índice) e um desvio-padrão overall de 16,752 (índice), com uma maior variação entre municípios (16,661) do que ao longo do tempo (2,367). Este indicador reflete a comparação do poder de compra dos municípios em relação à média nacional (índice 100), o que significa que as Misericórdias situadas em municípios com menor poder de compra enfrentam mais desafios para angariar fundos e equilibrar as contas, o que pode comprometer a sua capacidade de resposta.

No geral, observa-se que a maior parte da variação ocorre entre as Misericórdias e os municípios, com uma variação temporal mais reduzida dentro de cada unidade. No entanto, parte desta estabilidade longitudinal pode estar associada ao facto de o período de observação ser relativamente curto, com apenas 4 anos, o que limita a captação de variações significativas ao longo do tempo. Este curto período também impede uma análise mais profunda sobre o impacto de eventos exógenos na saúde financeira das Misericórdias, como crises económicas ou mudanças demográficas.

3.2.2 Excedente Social e Rácio de Solvabilidade: Apresentação e Análise das Regressões Seleccionadas

Esta secção tem como objetivo apresentar e analisar as regressões de forma clara e focada, optando-se por destacar as estruturas dos modelos com os coeficientes em vez das tabelas normais. Esta abordagem foi escolhida para proporcionar uma leitura mais acessível e objetiva dos resultados, permitindo uma melhor compreensão das relações entre as variáveis dependentes e explicativas em cada especificação.

A apresentação dos coeficientes diretamente nas estruturas dos modelos facilita a interpretação dos efeitos das variáveis explicativas sobre o Excedente Social e o Rácio de Solvabilidade, sem sobrecarregar com detalhes secundários. A exposição efetuada na secção 3.2.2. Seleção e Estimação dos Modelos debruça-se sobre os detalhes fundamentais, tendo sido efetuada exatamente com o intuito de complementar a apresentação subsequente.

A abordagem também simplifica a comunicação de resultados complexos, permitindo que as implicações sejam mais facilmente compreendidas e aplicadas. Deste modo, a secção que se segue foca-se na análise dos coeficientes das regressões seleccionadas, realçando as variáveis mais significativas e proporcionando uma visão comparativa clara entre os diferentes modelos e especificações utilizados.

3.2.2.1 Excedente Social

No modelo estimado para o Excedente Social, todas as variáveis incluídas na regressão são estatisticamente significativas, exceto a variável Número de Colaboradores (logaritmizada). As restantes variáveis apresentam níveis de significância que variam entre 0.1% e 5.0%, indicando uma forte relação com o Excedente Social.

A regressão estimada para o Excedente Social é:²

$$y_{it} = 1.519 - 0.158 \log(At_{it}) - 0.051 \log(C_{it}) + 0.103 \log(Pt_{it}) + 1.110 Ij_{it} - 0.271 Ii_{it} - 0.017 PC_{it}$$

(0.059)** (0.076) (0.043)* (0.405)** (0.095)** (0.003)***

Nota: * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

N: 328
F(6, 321): 17.07
Prob > F: 0.000
R-quadrado: 0.24
R-quadrado ajustado: 0.23

Estrutura de Regressão Linear 3: Regressão Linear para o Excedente Social

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Passando às variáveis significativas, o coeficiente dos Ativos (logaritmizados) é de -0.158, o que sugere que um aumento percentual nos ativos está associado a uma diminuição de 15.8% no Excedente Social. Este resultado pode ser explicado pelos maiores custos de manutenção e operação associados a um maior volume de ativos, o que reduz os recursos disponíveis para gerar excedentes.

A População Total (logaritmizada) apresenta um coeficiente de 0.103, o que implica que um aumento percentual na população residente resulta num aumento de 10.3% no Excedente Social. Uma possível interpretação deste resultado é que uma população maior cria uma maior procura pelos serviços prestados pela Misericórdia, aumentando assim a receita e o excedente.

O Índice de Dependência de Crianças tem um coeficiente positivo de 1.110, indicando que um aumento neste índice está associado a um aumento do Excedente Social. Este efeito positivo pode dever-se à maior procura por serviços destinados às crianças, como apoio escolar ou serviços sociais, que podem contribuir para o aumento das receitas da Misericórdia.

Por outro lado, o Índice de Dependência de Idosos apresenta um coeficiente negativo de -0.271, sugerindo que, à medida que a proporção de idosos dependentes aumenta, o Excedente Social diminui. Este resultado pode ser explicado pelos elevados custos envolvidos nos cuidados a idosos, que consomem uma parte significativa dos recursos disponíveis,

² y_{it} (Excedente Social), $\log(At_{it})$ (Logaritmo do Total do Ativo), $\log(C_{it})$ (Logaritmo do Número de Colaboradores), $\log(Pt_{it})$ (Logaritmo da População residente no município), Ij_{it} (Índice de Dependência dos Jovens no município), Ii_{it} (Índice de Dependência dos Idosos no município), e PC_{it} (Poder de Compra per Capita no município)... da Misericórdia i no ano t .

reduzindo o excedente.

Por fim, o Poder de Compra per Capita tem um coeficiente de -0.017, o que indica que, em áreas com maior poder de compra, o Excedente Social tende a diminuir ligeiramente. Isto pode dever-se ao facto de que, em regiões mais ricas, há menor procura por serviços sociais da Misericórdia, resultando em menos receitas e, consequentemente, num menor excedente.

Relativamente à qualidade do ajustamento, o valor de R-quadrado de 0.24 e o R-quadrado ajustado de 0.23 indicam que cerca de 24% da variação do Excedente Social é explicada pelas variáveis incluídas no modelo. Embora este valor sugira que há outros fatores não incluídos na análise que influenciam o excedente, o modelo oferece uma explicação razoável para os efeitos das variáveis analisadas.

Em suma, o modelo revela que o Excedente Social das Misericórdias é influenciado negativamente pelo aumento dos Ativos (logaritmizados), do Índice de Dependência de Idosos e do Poder de Compra per Capita, enquanto o aumento da População Total (logaritmizada) e do Índice de Dependência de Crianças contribui positivamente para o aumento do excedente. A gestão dos recursos e a compreensão das características populacionais são, assim, essenciais para a maximização do Excedente Social nas Misericórdias.

3.2.2.2 Rácio de Solvabilidade

No modelo estimado para o Rácio de Solvabilidade, algumas variáveis são estatisticamente significativas, enquanto outras não apresentam significância estatística. As variáveis Ativos, Número de Colaboradores, Índice de Dependência de Crianças e Índice de Dependência de Idosos são significativas, enquanto as variáveis População e Poder de Compra per Capita não apresentam significância estatística.

O modelo do Rácio de Solvabilidade corresponde a:³

$$y_{it} = 67.398 - 0.735 At_{it} - 0.031 C_{it} - 0.204 Pt_{it} + 152.387 Ij_{it} - 18.372 Ii_{it} + 0.029 PC_{it}$$

(0.192)*** (0.014)** (0.693) (52.974)*** (8.862)** (0.116)

Nota: * p < 0.05, ** p < 0.01, *** p < 0.001

N: 328

F(6, 321): 4.97

Prob > F: 0.0001

R-quadrado overall: 0.22

R-quadrado within: 0.02

R-quadrado between: 0.25

Estrutura de Regressão Linear 4: Regressão Linear para o Rácio de Solvabilidade

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Passando às variáveis significativas, o coeficiente dos Ativos é de -0.735, o que sugere que um aumento percentual nos ativos está associado a uma diminuição de 73.5% no Rácio de Solvabilidade. Este efeito pode ser explicado pelos elevados custos operacionais e financeiros associados a um volume maior de ativos, que impactam negativamente a solvabilidade.

Relativamente à variável Número de Colaboradores, o coeficiente é de -0.031, indicando que um aumento no número de colaboradores leva a uma diminuição de 3.1% no Rácio de Solvabilidade. Esta redução pode ser explicada pelo aumento dos custos salariais e operacionais com mais funcionários, o que pode comprometer a capacidade de a instituição se manter solvente.

O Índice de Dependência de Crianças tem um coeficiente positivo de 152.387, indicando que um aumento neste índice está associado a um aumento significativo no Rácio de Solvabilidade. Este efeito positivo pode dever-se a uma maior procura por serviços voltados para as crianças, o que pode fortalecer a capacidade financeira da Misericórdia e, consequentemente, melhorar a sua solvabilidade.

Por outro lado, o Índice de Dependência de Idosos apresenta um coeficiente negativo de -18.372, sugerindo que, à medida que a proporção de idosos dependentes aumenta, o Rácio

³ y_{it} (Excedente Social), $\log(At_{it})$ (Logaritmo do Total do Ativo), $\log(C_{it})$ (Logaritmo do Número de Colaboradores), $\log(Pt_{it})$ (Logaritmo da População residente no município), Ij_{it} (Índice de Dependência dos Jovens no município), Ii_{it} (Índice de Dependência dos Idosos no município), e PC_{it} (Poder de Compra per Capita no município)... da Misericórdia i no ano t .

de Solvabilidade diminui. Este resultado pode ser explicado pelos custos mais elevados associados aos cuidados a idosos, que impactam negativamente a capacidade de a Misericórdia se manter solvente.

Em relação às variáveis não significativas, o coeficiente da População é de -0.204, indicando que esta variável não tem um impacto estatisticamente significativo no Rácio de Solvabilidade. O mesmo se aplica ao Poder de Compra per Capita, cujo coeficiente de 0.029 também não revela uma relação significativa com a solvabilidade da Misericórdia.

Relativamente à qualidade do ajustamento, o R-quadrado overall de 0.01, o R-quadrado within de 0.11 e o R-quadrado between de 0.01 indicam que o modelo explica uma pequena parte da variabilidade do Rácio de Solvabilidade. Isto sugere que existem outros fatores, não considerados neste modelo, que influenciam a solvabilidade da Misericórdia.

Em suma, o modelo revela que o Rácio de Solvabilidade é influenciado negativamente pelo aumento dos Ativos, do número de Colaboradores e do Índice de Dependência de Idosos, enquanto o Índice de Dependência de Crianças contribui positivamente para a melhoria da solvabilidade. No entanto, outras variáveis, como a População e o Poder de Compra per Capita, não mostraram impacto significativo sobre a solvabilidade. A gestão adequada dos ativos e dos custos operacionais, bem como a adaptação aos desafios demográficos, são essenciais para melhorar a capacidade de solvência das Misericórdias.

3.2.2.3 Conclusões

Colocar em perspetiva os impactos de cada variável explicativa no Excedente Social e no Rácio de Solvabilidade oferece uma oportunidade interessante para refletir sobre as dinâmicas subjacentes à saúde financeira das Misericórdias. A análise conjunta destes dois indicadores revela como os diferentes fatores influenciam tanto a geração de excedentes quanto a capacidade de solvência, permitindo uma compreensão mais integrada da sustentabilidade financeira.

Começamos pelos Ativos (logaritmizados), que têm um impacto negativo em ambos os indicadores. No Excedente Social, o aumento dos ativos está associado a uma redução dos excedentes, enquanto no Rácio de Solvabilidade, a diminuição na capacidade de solvência é

ainda mais acentuada. Este padrão sugere que, apesar de um maior volume de ativos poder gerar mais receitas em algumas situações, os custos associados à manutenção e operação desses ativos representam uma pressão financeira significativa. O impacto mais forte dos ativos sobre a solvabilidade indica que a acumulação de ativos pode ser especialmente prejudicial para a capacidade de longo prazo da organização de cumprir com as suas obrigações financeiras. Desta forma, um baixo Excedente Social (causado pelo aumento de ativos) pode comprometer diretamente a Solvabilidade, já que a organização não consegue gerar recursos suficientes para cobrir os custos associados aos seus ativos.

A variável Número de Colaboradores (logaritmizada) apresenta resultados distintos. No Excedente Social, o impacto é negativo, embora não significativo, enquanto no Rácio de Solvabilidade o impacto é igualmente negativo. O aumento do número de colaboradores implica um aumento nos custos operacionais e salariais, o que afeta diretamente tanto os excedentes quanto a solvabilidade, sendo este efeito mais pronunciado na solvabilidade. Ou seja, embora o aumento de colaboradores reduza os excedentes de forma limitada, a incapacidade de gerar excedentes suficientes pode comprometer a solvência da organização, uma vez que os custos com pessoal exercem uma pressão adicional sobre as finanças a longo prazo.

A População Total (logaritmizada) influencia de forma positiva o Excedente Social, sugerindo que um aumento da população residente resulta num aumento dos excedentes, possivelmente devido à maior procura pelos serviços da Misericórdia. Contudo, esta variável não é significativa no Rácio de Solvabilidade. Este contraste indica que, embora uma maior população possa ajudar a gerar mais receitas e, consequentemente, aumentar os excedentes, este fator não garante, por si só, uma melhoria na solvabilidade. A criação de excedentes, nesse caso, parece apoiar o curto prazo, mas não se traduz diretamente numa melhoria na robustez financeira a longo prazo. Isto reflete que a capacidade de gerar excedentes não implica, necessariamente, uma melhor solvência.

No que diz respeito ao Índice de Dependência de Crianças, o impacto é positivo e significativo em ambos os indicadores. O aumento da proporção de jovens dependentes beneficia tanto a geração de excedentes quanto a capacidade de solvência. Este impacto pode estar relacionado com a maior procura por serviços voltados para crianças, que proporcionam

receitas e contribuem para a sustentabilidade financeira. A correlação positiva em ambos os indicadores, sugere que um aumento do Excedente Social gerado pelos serviços às crianças pode também reforçar a solvência da organização, criando um ciclo virtuoso de geração de receitas e robustez financeira.

Em contrapartida, o Índice de Dependência de Idosos tem um impacto negativo em ambos os indicadores. O aumento da proporção de idosos dependentes reduz os excedentes e compromete a solvabilidade. Este resultado pode ser explicado pelos custos elevados associados aos cuidados aos idosos, que consomem uma parte significativa dos recursos financeiros da organização. Tal como no caso dos ativos, uma diminuição do Excedente Social causada pelos custos com os idosos pode afetar diretamente a solvabilidade, dificultando a capacidade de a organização cumprir as suas obrigações a longo prazo.

Por fim, o Poder de Compra per Capita tem um impacto negativo no Excedente Social, enquanto não apresenta significância no Rácio de Solvabilidade. Em áreas mais ricas, a menor procura pelos serviços da Misericórdia pode reduzir os excedentes gerados, mas isto não parece influenciar diretamente a capacidade de solvência da organização.

A análise dos impactos das variáveis nos dois indicadores oferece uma perspetiva integrada sobre a saúde financeira das Misericórdias. Fatores como o aumento dos Ativos, do Índice de Dependência de Idosos e do Número de Colaboradores mostram uma influência negativa tanto no Excedente Social quanto no Rácio de Solvabilidade, sublinhando a importância de controlar os custos operacionais e de gestão de ativos para preservar a solvabilidade a longo prazo. Por outro lado, variáveis como o Índice de Dependência de Crianças têm um impacto positivo em ambos os indicadores, sugerindo que os serviços prestados às crianças podem contribuir para um ciclo positivo de geração de excedentes e melhoria da solvabilidade.

Este exercício de reflexão permite concluir que a geração de Excedente Social não é suficiente por si só para garantir uma boa Solvabilidade. Embora o excedente ajude a fortalecer as finanças a curto e médio prazo, a sua boa gestão é essencial para assegurar que a organização possa cumprir com as suas obrigações financeiras a longo prazo. Assim, a capacidade de gerar excedentes e de manter uma sólida solvência devem ser encaradas como complementares, e a gestão eficaz dos recursos deve focar-se tanto na maximização do Excedente Social quanto na preservação da Solvabilidade.

4. Considerações Finais

O Terceiro Setor tem vindo a ganhar destaque em discussões globais, especialmente na Europa e, em particular, em Portugal. Este setor tem demonstrado a sua centralidade, não apenas na ajuda humanitária, mas também na criação de valor social, sustentando-se através dos serviços prestados pelas diversas instituições que o compõem. Embora o Estado tenha, e continue a ter, um papel central no que diz respeito à criação de medidas de incentivo para apoiar estas organizações, é inegável que o Terceiro Setor tem dado provas de uma crescente capacidade de autossustentação. Os profissionais que nele atuam, aliados à missão e aos valores das instituições, têm sido capazes de captar a atenção e o apoio da população, seja através de doações, voluntariado ou divulgação. Além disso, o papel destas organizações na mitigação de necessidades sociais tem sido cada vez mais relevante, especialmente no fornecimento de serviços essenciais àqueles que deles mais precisam.

Para além da sua importância no tecido social, estas organizações têm mostrado uma capacidade de preservação e adaptação ao longo do tempo, gerindo de forma eficaz os recursos que conseguem captar. Contudo, há ainda muito espaço para melhorias, nomeadamente ao nível da gestão financeira. Um controlo mais minucioso da situação financeira destas instituições, com foco na diversificação das fontes de receita, é fundamental para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. As parcerias estratégicas, mesmo com organizações fora do Terceiro Setor, devem ser vistas como uma forma de cooperação mútua e um caminho para o fortalecimento da missão destas instituições. A formação contínua dos profissionais, nomeadamente no que diz respeito a boas práticas financeiras e análise de indicadores de desempenho, é igualmente crucial para assegurar o bom funcionamento das organizações e a sua viabilidade no futuro.

A análise de instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Alijó, a Santa Casa da Misericórdia de Constância e a Associação de Jardins-Escolas João de Deus mostra que, independentemente da diversidade dos serviços prestados, as organizações do Terceiro Setor em Portugal têm conseguido adaptar-se à realidade atual. O aumento do envelhecimento da população, a escassez de serviços de creche e o esquecimento de segmentos vulneráveis da população são desafios constantes que estas instituições enfrentam, muitas vezes sem apoio estatal. Apesar das adversidades, estas organizações conseguem, em geral, apresentar

resultados positivos, sendo um pilar essencial para ajudar o Estado a responder aos pedidos de apoio que, de outra forma, ficariam por atender.

Neste contexto, o estudo empírico realizado demonstra como estas variáveis se refletem diretamente na performance financeira das Misericórdias, influenciando tanto o Excedente Social como o Rácio de Solvabilidade. O Excedente Social, por exemplo, é impactado pelos ativos das instituições, pela dinâmica populacional e pelos índices de dependência de crianças e idosos, sugerindo que a adaptação à realidade social é acompanhada de desafios financeiros significativos. Ao mesmo tempo, a análise do Rácio de Solvabilidade revela que o equilíbrio entre as receitas geradas e os custos operacionais, particularmente os associados à gestão de recursos humanos e ao atendimento a populações dependentes, desempenha um papel central na capacidade destas organizações se manterem financeiramente estáveis e solventes. Esta interligação entre os desafios sociais e os resultados financeiros sublinha a necessidade de uma gestão estratégica e eficiente.

Tanto o Excedente Social quanto o Rácio de Solvabilidade são influenciados por dinâmicas semelhantes, mas em graus diferentes. A boa gestão de ativos e recursos humanos é fundamental para garantir a geração de excedentes e, simultaneamente, preservar a solvabilidade das Misericórdias. O equilíbrio entre as receitas geradas pelos serviços prestados e os custos associados ao apoio a populações dependentes, especialmente os idosos, é determinante para a sustentabilidade a longo prazo destas instituições. O estudo sugere que há potencial para melhorar a eficiência operacional e a alocação de recursos, o que destaca a importância de uma governação financeira sólida e eficiente.

Com base nesta dissertação, há vários desenvolvimentos futuros que merecem ser explorados. Uma área de investigação que poderá trazer grandes contributos é a análise da transparência e rigor das contas das instituições do Terceiro Setor, particularmente no que diz respeito à forma como estas refletem a verdadeira situação financeira das organizações. Além disso, seria pertinente estudar como estas instituições conseguem mobilizar recursos humanos e financeiros em tempos de crise, mantendo-se fiéis à sua missão e valores e garantindo a sustentabilidade que procuram. A Governação Financeira é outro aspeto que merece atenção, uma vez que constitui um elemento essencial para garantir a eficiência e a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor. Por fim, o impacto das políticas públicas

e da regulação neste setor também é digno de análise, particularmente no que se refere à influência de benefícios fiscais no surgimento e desenvolvimento de novas instituições. Explorando estas vertentes, será possível aprofundar o conhecimento sobre os desafios e oportunidades que o Terceiro Setor enfrenta, e, com isso, contribuir para a sua crescente relevância no panorama social e económico.

5. Bibliografia

- Abdelkarim, N. (2002). *"The Long-Term Financial Sustainability Of the Palestinian NGO Sector", The Welfare Association Consortium*, 8-11, acessado em "chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.icnl.org/wp-content/uploads/Palestine_financialsustainability.pdf".
- Abraham, A. (2006). *"Financial Managment in the Nonprofit Sector: A Mission- Based Approach to Ratio Analysis in Membership"*, Universidade de Wollongong, Faculdade de Negócios e Direito, 3-8, acessado em "<https://ro.uow.edu.au/commpapers/150/>".
- Adiloğlu, B.; Vuran, B. (2017). *"The importance of EBIT-EBITDA disclose in anual reports: Acomparison from Turkey"*, *Internacional Journal of Social Science and Education Research (IJSSER)*, v. 3(2), 397-405, acessado em "https://www.researchgate.net/publication/315904260_The_importance_of_EBIT-EBITDA_disclosure_in_annual_reports_A_comparison_from_Turkey".
- Alves, A. (2018). "O Modelo Português de Economia Social: posicionamento das IPSS", Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Mestrado em Economia Social, 17-21, acessado em "<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/55356>".
- Alves, E. (2022). "Análise Económica e Financeira de uma IPSS: Avaliação do Equilíbrio e Sustentabilidade Financeira – Estudo de caso: Associação de Jardins-Escolas João de Deus (AJEJD)", Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 48-111, acessado em "<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/15340>".
- Amaro, R., "#1 Origens | Conversas sobre Economia Social e Solidária | IMVF", pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, entrevista visualizada na página oficial no Youtube, acessado em "<https://www.youtube.com/watch?v=8tCeI5t6QBo>".
- Antunes, C. (2020). "Aspetos Particulares da Associações sem Fins Lucrativos: Obrigações Declarativas, Contabilísticas e Fiscais", Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças, 34-36, acessado em "<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/94666>".
- Armani, D. (2001). "O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONG no Brasil". Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 10-14, acessado em "<https://www.domingosarmani.com/publicacoes/11>".
- Azevedo, B. (2015). "O Planeamento Estratégico como instrumento de melhoria da Comunicação Organizacional Interna: Um Estudo de Caso", Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, 10-13, acessado em "<https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7780>".
- Bart, C.; Zhu, H.; Wang, P. (2014). *"Board Processes, Board Strategic Involvement, and Organizational Performance in For-profit and Non-profit Organizations"*, *Springer Science, Business Media Dordrecht*, acessado em "<https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-014-2512-1>".

- Batista, A. (2017). "Corporate Governance e Criação de valor nas Empresas da Euronext Lisbon", Instituto superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Mestrado em Análise Financeira, pp. 26-32, acessado em "<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/20988>".
- Berman, E. (1998). *"Productivity in Public and Nonprofit Organizations – Strategies and Techniques"*, SAGE Publications, 3-12, acessado em "<https://books.google.com.et/books?id=ILYlqEURVqMC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>".
- Bouwens, J.; Kok, T.; Verriest, A. (2019). *"The Prevalence and Validity of EBITDA as a Performance Measure"*, Association Francophone de Comptabilité, 2019/1 (TOME 25), 55-105, acessado em "https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3171131".
- Bovens, M. (2007). *"Analysing and assessing accountability: A conceptual framework."* *European Law Journal*, 13(4), 447–468, acessado em "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/typo3/site/fileadmin/wp/pdf/egp-connex-C-06-01.pdf>".
- Braverman, M.; Constantine, N.; Slater, J. (2004). *"Foundations and Evaluation- Contexts na Practices for Effective Philanthropy"*, Jossey-Bass, 27-29.
- Breusch, T. S., & Pagan, A. R. (1980). *"The Lagrange Multiplier Test and Its Applications to Model Specification in Econometrics"*. *The Review of Economic Studies*, 47(1), 239-253.
- Bucan, L.; Markovic, R. (2021). *"The importance of cash flows in the economic assessment of the mining projects"*, *Mining and Metallurgy Institute Bor*, UDK: 622, nº1-2, 93-98, acessado em "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/2334-8836/2021/2334-88362101093B.pdf>".
- Brown, D.; Moore, M. (2001). *"Accountability, Strategy, and International Nongovernmental Organizations"*, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 30, nº 3, september, 569-587, acessado em "https://www.researchgate.net/publication/249676953_Accountability_Strategy_and_International_Nongovernmental_Organizations".
- Caeiro, J. (2008). *"Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia"*, ENSAIO, v. 11, nº 1, 61-72, acessado em "chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://base.socioeco.org/docs/_pdf_1796_179613968006.pdf".
- Caiado, M. (2022). *"Desempenho Económico-Financeiro das Organizações da Economia Social"*, Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, 17-41, acessado em "<https://sapientia.ualg.pt/entities/publication/a771c260-6255-47afb3b5-e4a880488240>".

- Campos, M. (2013). “O terceiro Sector em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso”, Universidade da Beira Interior, Mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações-Públicas, 7-9, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2798/1/TM_Tiago_Campos.pdf”.
- Carneiro, M (2015). “Orçamento empresarial”, Estácio, 1ª edição, SESES, Rio de Janeiro, 23.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), (2015). “Economia Social – Retomar a Iniciativa”, Livro Branco, publicado em 4 de junho de 2015, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://cases.pt/wp-content/uploads/PT-Livro_Branco_ES_do_SEE.pdf”.
- Catanha, O. (2016). “Dos modelos de performance financeiros tradicionais aos modernos”, Universidade Fernando Pessoa, Mestrado em Ciências Empresariais, pp. 20-23, acesado em “https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/5218”.
- Cavaco, C. (2005). “Economia social e solidária”, Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da rede Portuguesa LEADER, II série, nº31, julho/agosto de 2005, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl31.pdf”.
- Comité Económico e Social Europeu (CESE), (2017). “*Recent Evolutions of Social Economy – Study*”, Comité Económico e Social Europeu (CESE), Capítulo 7, publicado em 2017, 64-70, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-875-en-n.pdf”.
- Cheng, A.; Mendes, M. (1989). “A Importância e a responsabilidade da gestão financeira na Empresa”, Trabalho apresentado na XVIII Conferência Interamericana de Contabilidade, outubro de 1989, Paraguai, “https://www.scielo.br/j/cest/a/K537QpqPkNmpTf4CVsh5CPc/#”.
- Coimbra, M. (2019). “Sobre a integração social europeia: as pensões em particular”, *Católica Law Review*, Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. III, nº1, janeiro de 2019, 62-70, acessado em “https://revistas.ucp.pt/index.php/catolicallawreview/article/view/9107”.
- Comissão Europeia (2024). “*The EU in 2023: General Report of the Activities of the European Union*”, European Commission, Published in accordance with Article 249(2) of the Treaty on the Functioning of the European Union, março de 2024, 49-67, acessado em “https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/ea6b0987-dd66-11ee-b9d9-01aa75ed71a1”.
- Comissão Europeia, (2022). “Social Experimentation – Apractical guide for project promoters”, European Commission, Unit. Department EMPL.D.1 — Social Policies, Child Guarantee, SPC, publicado em 2023, 11-31, acesado em “https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f999b770-e342-11ec-a534-01aa75ed71a1/language-en”.

- Comissão Europeia, (2021). *“Communication from the Commission to the European Parliament, the council, the European Economic and Social Committee of the Regions – Building na economy that works for people: na action plan for the social economy”*, European Commission, Bruxelas, 9 de dezembro de 2021, COM/2021/778 final, acessado em “<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021DC0778>”.
- Comissão Europeia, (2015). *“Compreender as políticas da União Europeia: dez prioridades para a Europa”*, Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação, publicado em 2015, acessado em “<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://poseur.portugal2020.pt/medi-a/38496/dezprioridadesparaaeuropa.pdf>”.
- Constituição da República Portuguesa (2005). Assembleia da República, sétima revisão, 81.
- Correia, M. (2023). *“Estado de bem-estar social e educação: Novas relações entre Estado, sociedade e mercado na Europa”*, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAAE), Vol. 18, n. 00, e023054, 3-9, acessado em “<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17540>”.
- Costa, J. (2016). *“Terceiro Setor em Portugal e o Regime Jurídico das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)”*, Revista Internacional Consinter de Direito, 2(2), 101-123, acessado em “<https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/358>”.
- Cunha, A. (2017). *“O Caminho para a Sustentabilidade nas IPSS – Estudo de Caso da Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras”*, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Mestrado em Gerontologia Social, 44-48, acessado em “<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/18626>”.
- Décret n° 2021-1128*, de 30 de outubro de 2021, relativo à integração através da atividade económica.
- Decreto-lei nº 72/90, de 3 de março, que aprova o Código das Associações Mutualistas, 11-20 (2018).
- Decreto-Lei nº 167/2019, de 21 de novembro, Diário da República nº 224/2019, Série I de 2019-11-21, 2-3.
- Decreto-Lei nº 254-A/2015, Diário da República, 1ª serie, nº255, 31 de zembro de 2015, 2-3.
- Defourny, J.; Nyssens, M. (2013). *“Social innovation, social economy and social enterprise: what can the European debate tell us?”*, Cheltenham, Edward Elgar, 40-52, acessado em “<http://www.transitsocialinnovation.eu/resource-hub/social-innovation-social-economy-and-social-enterprise--what-can-the-european-debate-tell-us>”.
- Diakonie Deutschland* (2016). *“At A Glance – Diakonie Deutschland”*, Diakonie Deutschland – Evangelischer Bundesverband, Berlim, abril de 2016, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.diakonie-baden.de/fileadmin/user_upload/Dokumente/English/2018-10_Diakonie_At-a-glance.pdf”.

- Diário da República n.º 46/1983, Série I de 25 de fevereiro de 1983, Capítulo 1 - Das instituições particulares de solidariedade social em geral, artigo 4.º - Apoio do Estado e das autarquias, acessado em ["http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item_id&value=1928676"](http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item_id&value=1928676).
- Donnelly, V.; Watkins, A. (2021). "Princípios-Chave: Apoio ao desenvolvimento e à implementação de políticas para a educação inclusiva ", Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, Odense, Dinamarca, 7-29, acessado em ["chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.european-agency.org/sites/default/files/Key_Principles_2021_PT.pdf"](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.european-agency.org/sites/default/files/Key_Principles_2021_PT.pdf).
- Estivill, J. (2018). "Enquadramento histórico da Economia Solidária e diferenças entre Economia Sociela e Economia Solidária", Atas da conferência, Economia Solidária, por um Comércio Justo, Transformador, Centro de Informação Urbana de Lisboa, 6-11.
- Ferreira, A. (2012). "Entidades do Setor não Lucrativo: comparação entre Portugal e Espanha", Univeridade de Aveiro, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, 4-22, acessado em ["chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10588/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf"](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10588/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf).
- Ferreira, A. (2021). "Efeitos da Gestão de Fundo de Maneio no Desempenho das Empresas Portuguesas", Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Mestrado em Economia e Administração de Empregos, 4-14, acessado em ["chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137488/2/512884.pdf"](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137488/2/512884.pdf).
- Ferreira, P. (2018). "Análise da Viabilidade Económica e Financeira das Novas Instalações da Empresa Visoloc, Lda", Instituto Superior de Administração e Gestão, Mestrado em Gestão Empresarial, pp. 19-20, acessado em ["https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/24468"](https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/24468).
- Ferreira, S. (2009). "A invenção estratégia do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórica-conceptual", Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 84, março de 2009, 172-175, acessado em ["https://journals.openedition.org/rccs/422"](https://journals.openedition.org/rccs/422).
- Francisco, L. (2012). "O desempenho das Organizações Sem Fins Lucrativos na perspetiva dos *stakeholders*", Universidade da Beira Interior, Tese para obtenção do Grau de Doutor em Gestão, 3-7, acessado em ["https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2623"](https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2623).
- Filho, G. (2002). "Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais", Bahia Análise & Dados Salvador, SEI vol. 12, nº1, junho de 2002, 9-19, acessado em ["chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf"](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf).
- Fontes, P. (2015). "Economia Solidária: sentidos e conceitos", Universidade dos Açores, Mestrado em Sociologia, 1 de junho de 2015, 1-3, acessado em ["chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/6428/1/ECONOMIA_SOLIDA_RIA_SENTIDOS_E_CONCEITOS.pdf"](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/6428/1/ECONOMIA_SOLIDA_RIA_SENTIDOS_E_CONCEITOS.pdf).

- Furtado, M. (2021). "O papel das Misericórdias no contexto social-local: Um estudo comparativo entre o interior e o litoral", Politécnico de Viseu, Escola de Tecnologia e Gestão, Mestrado em Gestão das Organizações Sociais, 17-20, acessado em "https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/7281/1/tese_mestrado_GOS_Marina%20Furtado_22.pdf".
- Galán, J.; Dios, M.; Robles, Y. (2015). "*Turismo para todas las personas en España: fundación ONCE generando derechos*", *Subdirección General de Conocimiento y Estudios Turísticos*, Instituto de Turismo de Espanha, Estudos Turísticos, nº 203-204, 41-45, acessado em "<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5217296>".
- Gandolfi, P.; Miranda, G.; Gandolfi, M.; Veríssimo, M. (2008). "Uma proposta de indicadores de eficiência no terceiro setor", XV Congresso Brasileiro de Custos, Curitiba, 12 a 14 de novembro de 2008, 7 e 8, acessado em "<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1213/1213>".
- Garrido, A. (2021). "A Economia Social em Portugal – Um Balanço Teórico Inscrito na História", CES – Cooperativismo e Economia Social, nº43 (2020-2021), 97-121, acessado em "<https://revistas.uvigo.es/index.php/CES/article/view/3804>".
- Garrido, A. (2017). "De onde vem a Economia Social", Sessão temática "A Conta Satélite da Economia Social de 2013", INE – Instituto Nacional de Estatísticas, 17 de fevereiro de 2017, acessado em "[chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://cnes.org.pt/congresso/Alvaro Garrido-De-onde-vem-a-Economia-Social.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://cnes.org.pt/congresso/Alvaro%20Garrido-De-onde-vem-a-Economia-Social.pdf)".
- Gonçalves, L. (2017). "Contributo para uma discussão da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Bragança.", Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, 2, acessado em "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49511/1/Lu%C3%ADs%20Miguel%20da%20Paz%20Gon%C3%A7alves.pdf>".
- Gonçalves, S. (2006). "Fluxo de Caixa – Ferramenta de Gestão empresarial", Faculdade de Ciências Sociais Aplicada (FASA), 13-16, acessado em "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://core.ac.uk/download/pdf/185253261.pdf>".
- Grigore, A. (2013). "*Social economy entities: a worldwide overview*", *Review of Applied Socio - Economic Research (REASER)*, v. 6, issue 2/2013, 111-114, acessado em "chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://base.socioeco.org/docs/_scripts_redir5.pdf".
- Guess, G.; Abrams, S. (2005). "*Helping Civil Society Survive in Central and Eastern Europe*", Capítulo inserido no livro "*NGO Sustainability in Central Europe: Helping Civil Society Survive*", *Open Society Institute in Budapest*, 1-7.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). "*Basic Econometrics*" (5th ed.). McGraw-Hill/Irwin.
- Hausman, J. A. (1978). "*Specification Tests in Econometrics. Econometrica*", 46(6), 1251-1271.

- Hayes, A. F., & Cai, L. (2007). "Using heteroscedasticity-consistent standard error estimators in OLS regression: An introduction and software implementation". *Behavior Research Methods*, 39(4), 709-722.
- Hayward, J (1959). "Solidarity: The Social History of an Idea in Nineteenth Century France. *International Review of Social History*", v. 4(2), 261-266, acessado em "<https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/solidarity-the-social-history-of-an-idea-in-nineteenth-century-france1/84E2DACB6576093BA672F321325E2A2B>".
- Instituto Nacional de Estatística em Portugal (INE), (2023). "População Residente Aumenta mais de 46 mil pessoas", Estimativa de População Residente em Portugal 2022, 15 de junho de 2023, acessado em "chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=616635992&att_display=n&att_download=y".
- Instituto Nacional de Estatística em Portugal (INE), (2016). "Conta Satélite da Economia Social 2016; Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018" (2019). Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), referente aos anos de 2016 e 2018, "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Conta-Sat%C3%A9lite-Voluntariado.pdf>".
- Instituto Nacional de Estatística em Portugal (INE), (2013). "Conta Satélite da Economia Social 2013", (2016). Referente ao ano de 2013, acessado em "<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/20CSES-PT-3.pdf>".
- Lawson, T. (2021). "Social positioning theory", *Cambridge Journal of Economics*, v. 46, January 2022, 1-39, acessado em "<https://academic.oup.com/cje/article/46/1/1/6426114>".
- Leite, C. (2023). "Impacto económico e social da IPSS: o caso do município de Amarante", Universidade de Aveiro, Mestrado em Economia, 38-50, acessado em "<https://ria.ua.pt/handle/10773/41416>".
- Lopes, A.; Leal, S. (2017). "Responsabilidade Social numa Organização de Economia Social: o caso do centro social da Quinta do Anjo", *Revista da UIIPS (Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém, Vol. 5, nº 2, 15-30*, acessado em "<https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/2011>".
- Macedo, I. (2023). "Estrutura e Fontes de Recursos Financeiros nas ONL's", Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Governação de Organizações sem Fins Lucrativos, Ponto 7.
- Macedo, I. (2023). "Governação de Organizações sem fins Lucrativos", Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Governação de Organizações sem Fins Lucrativos, Ponto 1.
- Manzambi, E. (2018). "Setor Não Lucrativo: as cooperativas de solidariedade social", *Politécnico do Porto Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Mestrado em Contabilidade e Finanças*, 6-54, acessado em "chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13202/1/elizabeth_manzambi_MCF_2018.pdf".

- Marques, L.; Fátima, D.; Pereira, A (2015). “Entidades do Setor não lucrativo: Abordagem Contabilística.”, XXV Jornadas Hispano-lusas Ourense 2015, fevereiro, 2-29, acessado em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.apeca.pt/docs/informacaoapeca/edicao_71_APECA_ESNL.pdf”.
- Marques, S. (2014). “A Importância da Gestão na Sustentabilidade de Organizações Sem Fins Lucrativos Prestadoras de Serviços Sociais”, Universidade de Coimbra, Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia, Mestrado em Intervenção Social, acessado em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27778/1/TESE%20-%20Sara%20Marques.pdf>”.
- Martins, C. (2021). “ESNL Entidade do Setor não Lucrativo – Abordagem Contabilística e Fiscal.”, Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração, acessado em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://www.apeca.pt/docs/informacaoapeca/edicao_71_APECA_ESNL.pdf”.
- McMullen, K; Schellenberg, G. (2002). “*Mapping the Non-profit sector*”, *CPRN Research Series on Human Resources in the Non-profit Sector*, nº1, 2-4, acessado em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=239fa548876c052218811fc4372128badedc22d2>”.
- Mendes, E. (2016). “O Sentido Social e Político da Economia Solidária”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Doutoramento em Sociologia, 77-89, acessado em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://run.unl.pt/bitstream/10362/20152/1/Tese%20Edina%20Mendes.pdf>”.
- Mourão, P.; Gonçalves, L. (2019). “*The financial sustainability of Portuguese Private Institutions of Social Solidarity: are the critical regions preserved from the fade?*”, *Quality and Quantity, Springer Nature B. V.*, acessado em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11135-018-0803-9>”.
- Namorado, R. (2013). “O Essencial Sobre Cooperativas”, Impresa Nacional-Casa da Moeda (INCM).
- Neves, S. (2014). “Sustentabilidade Financeira das IPSS: 3 casos de estudo utilizando metodologias de avaliação de empresas”, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, 39-58, acessado em <https://ria.ua.pt/handle/10773/15750>”.
- Niswonger, J. (2019). “*Effective Revenue Diversification Strategies in Nonprofit Organizations*”, *Walden University, College of Management and Technology, Degree of Doctor of Business Administration*, 39-44

- Oliveira, G. (2018). “A relação de parceria entre Estado e Terceiro Setor”, Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, Mestrado na Área de Especialização em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/85711/1/A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20parceria%20entre%20Estado%20e%20Terceiro%20Setor%20-%20Gabriela%20Sales.pdf”.
- Pedroso, E.; Neves, E.; Ramos, C.; Rodrigues, C. (2023). “Conta Satélite da Economia Social 2019/2020”, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Instituto Nacional de Estatística em Portugal (INE), referente aos anos de 2019/2020, base de 2016, acessado em “https://cases.pt/contasatelitedaes/”.
- Pereira, A. (2014). “Empreendedorismo Social: estudo de caso na Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento”, Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Gestão, Mestrado em Gestão de Recursos de Saúde, 38-43, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13189/1/Empreendedorismo%20Social%20estudo%20de%20caso%20na%20Santa%20Casa%20da%20Miseric%C3%B3rdia%20do%20Entroncamento%20.pdf”.
- Pereira, J. D.; Henriques, R. (2021). “Origens do Mutualismo em Portugal”, União das Mutualidades Portuguesas, Lisboa 2021, 33-43, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://mutualismo.pt/anexos/LivroTOTAL_DivulgacaoWeb.pdf”.
- Pinto, N. (2019). “Sustentabilidade nas Organizações do Terceiro Setor Filiadas à rede Pernambuco voluntário”, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 28-69, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/8527/2/Natalia%20Lucia%20da%20Silva%20Pinto.pdf”.
- Quintão, C. (2004). “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, V Congresso Português de Sociologia, 12 a 15 de maio, Universidade do Minho, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54377/2/ISWP52004000122487.pdf”.
- Ramirez, J. (2018). “O impacto da Gestão de Fundo de Maneio na Rentabilidade das Empresas: Evidência para a Indústria Alimentar Portuguesa”, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Mestrado em Finanças Empresariais, 6-12, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13175/1/jessica_l%C3%B3pez_MFE_2018.pdf.pdf”.
- Rapaz, T. M. L. (2015). “O terceiro setor necessita de (uma) estratégia? O caso português”, Instituto Universitário de Lisboa, Doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada, 53-79 e 176-177 acessado em “https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11260”.
- Robalo, P. (2017). “*Economic and Financial Performance Model for Private Social Solidarity Institutions*”, Universidade NOVA de Lisboa, Mestrado em Finanças, 7-11, acessado em “https://run.unl.pt/handle/10362/26598?locale=en”.

- Rocha, E. (2013). “Práticas de Cooperação entre as Organizações do Terceiro Setor e as Empresas Lucrativas”, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, 71-92, acessado em “<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24954>”.
- Rocha, I. (2013). “As Dificuldade de Implantação de Práticas de Governança Corporativa em ONGS”, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência Administrativa, 40-44, “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10916/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Ivan%20Barreto%20de%20Lima.pdf>”.
- Sá, I. (2001). “As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno”, Caderno do Nordeste, vol. 15 (1.2), 337-340, acessado em “<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3352?mode=simple>”.
- Santa Casa da Misericórdia de Alijó (2021). “Contas de Gerência 2020”, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 14 de junho de 2021, acessado em “<https://scmisericordiadealijo.pt/contas-da-instituicao/>”.
- Santa Casa da Misericórdia de Alijó (2023). “Contas de Gerência 2022”, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 15 de março de 2023, acessado em “<https://scmisericordiadealijo.pt/contas-da-instituicao/>”.
- Santa Casa da Misericórdia de Constância (2023). “Relatório de Atividade e Contas do Exercício 2022”, Santa Casa da Misericórdia de Constância, 8 de março de 2023, acessado em “<https://scmconstancia.pt/relatorios-de-contas/>”.
- Santos, A.; Silva, M. (2015). “Gestão de Finanças no Terceiro Setor”, Revista Visão: Gestão Organizacional, Vol. 4, nº 1, 22-35, acessado em “<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/download/264/444/3887>”.
- Santos, F. M. (2023). “As principais determinantes do endividamento das PME’s no Setor da Primeira Infância em Portugal”, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Repositório da Universidade do Minho, acessado em “<https://hdl.handle.net/1822/00000>”.
- Santos, M. (2012). “O estudo do EBITDA no Grupo Almedina”, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Mestrado em Gestão, acessado em “<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/19788>”.
- Santos, R. (2021). “O Perfil Económico-Financeiro das IPSS”, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, 29-38, acessado em “<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/36075>”.
- Schimmelfenning, F.; Winzen, T. (2023). “*Cascading opt-out? The Effect of the Euro and migration crises on differentiated integration in the European Union*”, *European Union Politics*, Vol. 24, Issue 1, março de 2023, 21-41, acessado em “<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14651165221121720>”.

- Silva, F. (2021). “Aplicação de um *Balanced Scorecard* a uma Organização sem Fins Lucrativos: o caso da ESN Porto”, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Mestrado em Economia e Administração de Empresas, 4-14, acessado em “https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.show_file?pi_doc_id=317430”.
- Soares, C.; Fialho, J.; Chau, F.; Gageiro, J.; Pestana, H. (2012). “A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social”, POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir, 171-195, acessado em “<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.serga.pt/userfiles/files/Relatorio%20Final.pdf>”.
- Soares, H. (2012). “EBITDA, um estudo exploratório – as cotadas PSI-20 e IBEX-35”, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Mestrado em Contabilidade, 7-19, acessado em “<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/75860?mode=full>”.
- Soares, C. (2015). “A Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Instituições Particulares de Solidariedade Social”, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Mestrado em Contabilidade e Finanças, 32-36, acessado em “<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://core.ac.uk/download/pdf/302867096.pdf>”.
- Souza, D. (2017). “Contabilidade do terceiro setor”, Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 82-84, acessado em “chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201702/INTERATIVAS_2_0/CONTABILIDADE_DO_TERCEIRO_SETOR/U1/LIVRO_UNICO.pdf”.
- Stock, J. H., & Watson, M. W. (2019). “*Introduction to Econometrics*”. Pearson.
- Suiama, P. (2020). “O Desafio da Sustentabilidade Financeira em Organizações da Economia Social: estudo de caso AIDGLOBAL”, Universidade de Lisboa, Escola de Economia e Gestão, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 23-31, acessado em “<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/22375>”.
- Vargas, I. (2008). “Governança nas entidades do terceiro setor: uma análise dos princípios de boa governança definidos pelo IBGC nas ONGs associadas à ABONG, sediadas nas regiões sul e sudeste do Brasil.”, Universidade de São Paulo - USP Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 35-4, acessado em “<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052008-122702/pt-br.php>”.
- Vieira, M. (2008). “Administração estratégica do Capital de Giro”, Atlas, 2ª edição, de 4 de junho de 2008.
- Vieira, N.; Parente, C.; Barbosa, A. (2017), ““Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, 103-111, acessado em “<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/3132>”.

- Westlund, H. (2003). “*Social economy and employment – the case of Sweden*”, *Review of Social Economy*, vol. LXI, nº 2, junho de 2003, 163-172, acessado em “https://www.researchgate.net/publication/24089296_Social_economy_and_employment_-_The_case_of_Sweden”.
- Wooldridge, J. M. (2010). “*Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*” (2nd ed.). MIT Press.
- Wooldridge, J. M. (2016). “*Introductory Econometrics: A Modern Approach*”. Cengage Learning.
- Zabolotnic, C. (2022). “A divulgação de Informação de Responsabilidade Social nos Websites das Misericórdias de Portugal”, Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém”, Mestrado em Contabilidade e Finanças, 20-31, acessado em “https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/4057/1/CorneliuZabolotnic_Mestrado_CF.pdf”.

6. Bases de Dados

Instituto Nacional de Estatística, (2024). “Total da População Residente e Poder de Compra per Capita”, Estatísticas do emprego em Portugal: Relatório anual 2023, INE, acessado em “<https://www.ine.pt>”.

Bureau van Dijk. (2024), ORBIS Database, “Rácio de Solvabilidade, Excedente Social, Total dos Ativos e Número de Colaboradores”, Relativo às Misericórdias em Portugal, Bureau van Dijk, acessado em “<https://www.bvdinfo.com>”.

PORDATA, (2024). “Total da População Residente, Índice de dependência dos jovens, Índice de dependência dos idosos e Poder de Compra per Capita” em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos, acessado em “<https://www.pordal,ta.pt>”.

7. Anexos

Anexo A (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social, referente a 2016 (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor), **fonte:** INE/CASES).

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Número de Atividades Económicas (UAE) (%) (2016)
Cultura, comunicação e atividades de recreio	46,91%
Educação	3,61%
Saúde	3,32%
Serviços Sociais	9,71%
Atividade de proteção ambiental e de bem-estar animal	1,01%
Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2,93%
Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	8,22%
Filantropia e promoção do voluntariado	0,45%
Religião	11,87%
Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	5,31%
Serviços profissionais, científicos e administrativos	3,54%
Outras atividades	3,12%
Total	100,00%

Anexo B (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social, referente a 2013 (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor), **fonte:** INE).

Classificação das Atividades das Entidades da Economia Social	Número de Atividades Económicas (UAE) (%) (2013)
Cultura, Desporto e Recreio	50,73%
Ensino e Investigação	4,07%
Saúde e Bem-Estar	1,49%
Ação e Segurança Social	15,57%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	0,71%
Atividades de Transformação	0,58%
Comércio, Consumo e Serviços	1,31%
Atividades Financeiras	0,21%
Cultos e Congregações	13,69%
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	4,81%
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	4,77%
Não Especificadas	2,06%
Total	100%

Anexo C (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, comunicação e atividades de recreio/Saúde e Serviços Sociais), CSES 2023, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, **fonte:** INE/CASES).

2019			
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
Cultura, comunicação e atividades de recreio	5,09%	4,89%	4,20%
Saúde	32,66%	32,91%	24,99%
Serviços Sociais	29,73%	29,90%	24,99%
...	...	...	...
Total	100%	100%	100%

2020			
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
Cultura, comunicação e atividades de recreio	5,10%	4,91%	3,68%
Saúde	32,95%	33,18%	25,51%
Serviços Sociais	29,77%	29,93%	24,85%
...	...	...	...
Total	100%	100%	100%

Anexo D (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, comunicação e atividades de recreio/Saúde e Serviços Sociais), CSES 2019, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, **fonte:** INE/CASES).

2016			
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
Cultura, comunicação e atividades de recreio	5,10%	5,02%	5,02%
Saúde	31,95%	32,13%	24,61%
Serviços Sociais	29,71%	29,80%	24,28%
...	...	...	...
Total	100%	100%	100%

Anexo E (Distribuição, em %, das entidades da Economia Social (Cultura, desporto e recreio/Saúde e bem-estar e Ação e segurança social), CSES 2016, relativamente aos indicadores Emprego, Emprego Remuneração e VAB, **fonte:** INE).

2013			
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	Emprego	Emprego Remunerado	VAB
Cultura, comunicação e atividades de recreio	6,37%	6,30%	4,92%
Saúde	3,59%	3,61%	3,47%
Serviços Sociais	54,37%	54,64%	44,67%
...	...	...	...
Total	100%	100%	100%

Anexo F (Distribuição das entidades por grupo de entidades, CSES 2016, **fonte:** INE).

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 117	24.316	489.523	564.425	20,1	23,2
Associações Mutualistas	111	4.896	352.181	216.450	71,9	44,2
Misericórdias	389	35.469	541.225	477.477	15,3	13,5
Fundações	578	10.871	250.851	236.313	23,1	21,7
Associações com Fins Altruísticos (ACFA)	57.196	140.050	2.566.262	2.472.256	18,3	17,7
Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	877	361	6.437	6.198	17,8	17,2
Economia Social	61.268	215.963	4.206.479	3.973.119	19,5	18,4
Economia Nacional	-	3.582.077	149.768.414	76.279.908	41,8	21,3

Anexo G (Emprego remunerado em diversas instituições pertencentes ao setor da Economia Social (2014-2015) **fonte:** CESE)

País	Cooperativas e entidades semelhantes	Sociedades mútuas	Associações e Fundações	Total
Áustria	70.474	1.576	236.000	308.050
Bélgica	23.904	17.211	362.806	403.921
Bulgária	53.841	1.169	27.040	82.050
Croácia	2.744	2.123	10.981	15.848
Chipre	3.078	(n/a)	3.906	6.984
Rep. Checa	50.310	5.368	107.243	162.921
Dinamarca	49.552	4.328	105.051	158.961
Estónia	9.850	186	28.000	38.036
Finlândia	93.511	6.594	82.000	182.105
França	308.532	136.723	1.927.557	2.372.812
Alemanha	960.000	102.119	1.673.861	2.635.980
Grécia	14.983	1.533	101.000	117.516
Hungria	85.682	6.948	142.117	234.747
Irlanda	39.935	455	54.757	95.147
Itália	1.267.603	20.531	635.611	1.923.745
Letónia	440	373	18.528	19.341
Lituânia	7.000	332	(n/a)	7.332
Luxemburgo	2.941	406	21.998	25.345
Malta	768	209	1.427	2.404
Países Baixos	126.767	2.860	669.121	798.778
Polónia	235.200	1.900	128.800	365.900
Portugal	24.316	4.896	186.751	215.963
Roménia	31.573	5.038	99.774	136.385
Eslováquia	23.799	2.212	25.600	51.611
Eslovénia	3.059	319	7.332	10.710
Espanha	528.000	2.360	828.041	1.358.401
Suécia	57.516	13.908	124.408	195.832
Total EU-27	3.975.408	341.677	7.609.740	11.926.825

(n/a) não disponível

Anexo H (Emprego remunerado na Economia Social em comparação ao emprego remunerado total (2014-2015) **fonte:** CESE).

País	Emprego na ES (A)	Emprego total (B)	% A/B
Áustria	308.050	4.068.000	7,6%
Bélgica	403.921	4.499.000	9,0%
Bulgária	82.050	2.974.000	2,8%
Croácia	15.848	1.559.000	1,0%
Chipre	6.984	350.000	2,0%
Rep. Checa	162.921	4.934.000	3,3%
Dinamarca	158.961	2.678.000	5,9%
Estónia	38.036	613.000	6,2%
Finlândia	182.105	2.368.000	7,7%
França	2.372.812	26.118.000	9,1%
Alemanha	2.635.980	39.176.000	6,7%
Grécia	117.516	3.548.000	3,3%
Hungria	234.747	4.176.000	5,6%
Irlanda	95.147	1.899.000	5,0%
Itália	1.923.475	21.973.000	8,8%
Letónia	19.341	858.000	2,2%
Lituânia	7.332	1.301.000	0,6%
Luxemburgo	25.345	255.000	9,9%
Malta	2.404	182.000	1,3%
Países Baixos	798.778	8.115.000	9,8%
Polónia	365.900	15.812.000	2,3%
Portugal	215.963	4.309.000	5,0%
Roménia	136.385	8.235.000	1,7%
Eslováquia	51.611	2.405.000	2,1%
Eslovénia	10.710	902.000	1,2%
Espanha	1.358.401	17.717.000	7,7%
Suécia	1.694.710	4.660.000	4,2%
Total EU-27	11.926.825	185.694.000	≈6,3%

(n/p) não pertinente

Anexo I (Evolução do emprego remunerado na Economia Social na Europa **fonte:** CESE).

País	Emprego na Economia Social			$\Delta\%$ 2010-2015
	2002/2003	2009/2010	2014/2015	
Áustria	260.145	233.528	308.050	31,9%
Bélgica	279.611	462.541	403.921	-12,7%
Bulgária	(n/a)	121.300	82.050	-32,4%
Croácia	(n/a)	9.084	15.848	74,5%
Chipre	4.491	5.067	6.984	37,8%
Rep. Checa	165.221	160.086	162.921	1,8%
Dinamarca	160.764	195.486	158.961	-18,7%
Estónia	23.250	37.850	38.036	0,5%
Finlândia	175.397	187.200	182.105	-2,7%
França	1.985.150	2.318.544	2.372.816	2,3%
Alemanha	2.031.837	2.458.584	2.635.980	7,2%
Grécia	69.834	117.123	117.516	0,3%
Hungria	75.669	178.210	234.747	31,7%
Irlanda	155.306	98.735	95.147	-3,6%
Itália	1.336.413	2.228.010	1.923.745	-13,7%
Letónia	300	440	19.341	(n.p)
Lituânia	7.700	8.971	7.332	-18,3%
Luxemburgo	7.248	16.114	25.345	57,3%
Malta	238	1.677	2.404	43,4%
Países Baixos	772.110	856.054	798.778	-6,7%
Polónia	529.179	592.800	365.900	-38,3%
Portugal	210.950	251.098	215.963	-14,0%
Roménia	(n/a)	163.354	136.385	-16,5%
Eslováquia	98.212	44.906	51.611	14,9%
Eslovénia	4.671	7.094	10.710	51,0%
Espanha	872.214	1.243.153	1.358.401	9,3%
Suécia	205.687	507.209	195.832	-63,4%
Total EU-27	9.431.607	12.504.218	11.926.825	≈-3,6%

(n/a) não disponível, (n/p) não pertinente

Anexo J (Balanço, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 2020, **fonte:** Contas de Gerência 2020).

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-20	31-dez-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 092 571,27	5 194 270,86
Investimentos financeiros	15.1	8 017,92	5 631,45
		5 100 589,19	5 199 902,31
Ativo corrente			
Inventários	8	78 919,42	101 661,53
Créditos a receber	15.3, 15.4	1 025 032,33	405 224,93
Estado e outros entes públicos	15.10	5 317,37	4 331,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	4 807,50	8 807,50
Diferimentos	15.5	30 327,93	11 669,26
Outros ativos correntes	15.7	1 001,86	1 000,70
Caixa e depósitos bancários	15.6	286 664,91	554 326,47
		1 432 071,32	1 087 021,44
Total do ativo		6 532 660,51	6 286 923,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	100 000,00	100 000,00
Resultados transitados	15.8	2 059 880,47	2 317 583,88
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.8	617 607,63	636 291,34
		2 777 488,10	3 053 875,22
Resultado líquido do período	16	-162 631,49	-210 454,88
Total dos fundos patrimoniais		2 614 856,61	2 843 420,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	2 285 444,74	2 390 991,23
		2 285 444,74	2 390 991,23
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	456 495,10	499 078,18
Estado e outros entes públicos	15.10	51 578,55	40 011,13
Financiamentos obtidos	7	206 187,88	104 110,99
Diferimentos	15.5	476 745,89	0,00
Outros passivos correntes	15.11	441 351,74	409 311,88
		1 632 359,16	1 052 512,18
Total do passivo		3 917 803,90	3 443 503,41
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 532 660,51	6 286 923,75

Anexo K (Demonstração de resultados, Santa Casa da Misericórdia de Alijó, 2020, **fonte:** Contas de Gerência 2020).

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	9	1 807 587,81	1 719 118,53
Subsídios, doações e legados à exploração	11, 15.12	1 641 726,42	1 480 068,14
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-691 597,82	-631 942,80
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-823 225,44	-841 497,08
Gastos com o pessoal	13	-2 009 220,52	-1 851 502,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.1	436,52	38,67
Outros rendimentos	15.14	134 319,53	162 966,32
Outros gastos	15.15	-18 980,69	-31 408,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41 045,81	5 841,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-138 357,46	-132 327,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-97 311,65	-126 485,61
Juros e rendimentos similares suportados	15.16	-65 319,84	-83 969,27
Resultados antes de impostos		-162 631,49	-210 454,88
Resultado líquido do período		-162 631,49	-210 454,88

Anexo L (Cálculo do Fundo de Maneio da Santa Casa da Misericórdia de Alijó e da Santa Casa da Misericórdia de Constância, dados de 2022 **fonte:** tabela 3 e 5).

	Santa Casa da Misericórdia de Constância	Santa Casa da Misericórdia de Alijó
Ativo Corrente	122 468,79 €	1 117 632,42 €
Passivo Corrente	218 415,75 €	1 309 838,98 €
Fundo de Maneio (AC - PC)	-95 946,96 €	-192 206,56 €

Anexo M (Estimativa anual da população residente em Portugal, nos anos de 2011 e 2022, fonte: INE, Estimativas de População Residente em Portugal 2022).

